

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

CÂMPUS GOIÂNIA OESTE

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ADRIANE FREITAS COELHO DE OLIVEIRA

CONCEPÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO: ESTUDO DE LIVRO DIDÁTICO DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL INDICADO PELO PNLD 2023 À LUZ DA PNA (2019) E DA BNCC (2018) E NECESSIDADE DE SUPERAÇÃO.

GOIÂNIA-GO
2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Adriane Freitas Coelho de Oliveira

Matrícula: 20192130010275

Título do Trabalho: Concepções de Alfabetização: Estudo de Livro Didático do Primeiro Ano do Ensino Fundamental indicado pelo PNLD 2023 à luz da PNA (2019) e da BNCC (2018) e Necessidade de Superação.

Autorização - Marque uma das opções

1. () Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto); 2. (X) Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data 21/06/2024 (Embargo);
3. () Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção 2 ou 3, marque a justificativa:

- () O documento está sujeito a registro de patente.
() O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo. ()
Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Goiânia, 21 / 06 / 2023.

Local Data

Adriane F. Coelho de Oliveira

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

CÂMPUS GOIÂNIA OESTE

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ADRIANE FREITAS COELHO DE OLIVEIRA

CONCEPÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO: ESTUDO DE LIVRO DIDÁTICO DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL INDICADO PELO PNLD 2023 À LUZ DA PNA (2019) E DA BNCC (2018) E NECESSIDADE DE SUPERAÇÃO.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para avaliação na Disciplina de TCCII do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/Câmpus Goiânia Oeste sob a orientação da professora Dra. Suzana Lopes de Albuquerque.

GOIÂNIA-GO
2023

034c

Oliveira, Adriane Freitas Coelho de

Concepções de alfabetização : estudo de livro didático do primeiro ano do ensino fundamental indicado pelo PNLD 2023 à luz da PNA (2019) e da BNCC (2018) e necessidade de superação / Adriane Freitas Coelho de Oliveira. - . - .
Goiânia : Instituto Federal de Goiás, 2023. 67p, il.

Bibliografia: p.65

Orientadora: Suzana Lopes de Albuquerque

1. Livro didático. 2. Alfabetização. 3. Letramento. 4. Políticas educacionais I. Instituto Federal de Goiás. II. Suzana Lopes de Albuquerque. III. Título.

Catálogo na fonte: Shilton Caldeira Nunes CRB 1/2505

CONCEPÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO: ESTUDO DE LIVRO DIDÁTICO DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL INDICADO PELO PNLD 2023 À LUZ DA PNA (2019) E DA BNCC (2018) E NECESSIDADE DE SUPERAÇÃO.

ADRIANE FREITAS COELHO DE OLIVEIRA

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Suzana Lopes de Albuquerque
Orientadora

Prof^a. Dra. Mabel Pettersen Prudente
Membro - IFG

Prof^a. Dra. Maraiza Oliveira Costa
Membro Externo – FE UFG

Goiânia-GO
2023



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS GOIÂNIA OESTE

ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

No dia 13 de Junho de 2023, às 14:30h por meio de videoconferência, via Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus Goiânia Oeste, situado à Rua RF 17, Quinhão 1, Fazenda Santa Rita, Residencial Flórida, Goiânia – GO, ocorreu a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "Concepções de alfabetização: estudo de livro didático do primeiro ano do ensino fundamental indicado pelo PNLD 2023 à luz da PNA (2019) e da BNCC (2018) e necessidade de superação" pela acadêmica Adriane Freitas Coelho de Oliveira como parte dos requisitos para a conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Após a apresentação oral do trabalho, passou-se à arguição da acadêmica pelos integrantes da Banca Avaliadora, composta pela Prof.^a Dr.^a. Suzana Lopes de Albuquerque, na qualidade de presidente da banca e pelas seguintes avaliadoras: Prof.^a. Dr.^a. Mabel Pettersen Prudente e Prof.^a. Dr.^a. Maraiza Oliveira Costa. Após arguição, levando-se em consideração a relevância científica do trabalho, os resultados e conclusões apresentados, o atendimento às normas de apresentação e formatação, bem como os aspectos éticos e legais, a Banca Avaliadora considerou o trabalho: (X) aprovado; () aprovado com ressalvas, necessitando alterações/adequações, conforme sugestões; () reprovado, conforme justificativa. Justificativa e/ou Sugestões de alterações/adequações: (Anexar página extra com justificativa/sugestões, se necessário). Nota atribuída: 10.

Prof.^a Dr.^a. Suzana Lopes de Albuquerque
Presidente/Orientadora

Prof.^a. Dr.^a. Mabel Pettersen Prudente
Membro – Avaliadora

Goiânia, 13 de
Junho de 2023.

Prof.^a. Dr.^a. Maraiza Oliveira Costa
Membro – Avaliadora (FE - UFG)

Adriane Freitas Coelho de Oliveira
Acadêmica

Documento assinado eletronicamente por:

- Maraiza Oliveira Costa, Maraiza Oliveira Costa - Docente - Ifg - Câmpus Goiânia Oeste (10870883001388), em 20/06/2023 04:42:12.
- Adriane Freitas Coelho de Oliveira, 20192130010275 - Discente, em 13/06/2023 17:16:19.
- Mabel Pettersen Prudente, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 13/06/2023 15:48:36.
- Suzana Lopes de Albuquerque, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 13/06/2023 15:46:26.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 07/06/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 416745
Código de Autenticação: 130b09970d



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Rua FP. 31, S/N, Recreio dos Funcionários Públicos, GOIÂNIA / GO, CEP 74.393-290
(62) 3237-1857 (ramal: 1857)

AGRADECIMENTOS

Deem graças ao Senhor porque ele é bom; o seu amor dura para sempre. Salmos 107:1
A graça de Deus é tão abundante que o homem continua recebendo-a todos os dias.
Como isso é extraordinário!

Antes de tudo, sou grata a meu Deus pela vida e por ter me guiado e me dado força e fé para vencer as dificuldades, alcançar os meus objetivos e tornar os meus sonhos possíveis.

À minha família, à minha mãe Maria Freitas Coelho, que sempre me apoiou e incentivou desde o começo e em toda a minha trajetória acadêmica. Ao meu pai, in memoriam.

Ao meu esposo José de Oliveira Sobrinho pelo seu amor, dedicação, paciência e por sempre ter acreditado nos meus sonhos, realizações e compreendido a minha ausência durante as incansáveis noites de trabalho e estudos.

Aos meus filhos Adrielly Coelho de Oliveira e Lucas Adriel Coelho de Oliveira, pelo carinho e por ter me ajudado de muitas formas na minha trajetória acadêmica. Às minhas irmãs Eliane Freitas Coelho; Marcilene Coelho de Freitas; Angelumar Maria Coelho e em especial a minha irmã Lucilene Maria Coelho, que por muitas vezes me incentivou a caminhar sem jamais desistir dos meus sonhos e realizações pessoais.

Agradeço em especial, à professora Dra. Suzana Lopes de Albuquerque, Coordenadora do Curso de Pedagogia. As nossas palavras se resumem em Gratidão! Por ter contribuído com a nossa formação desde o início desta graduação. Pela orientação deste trabalho, pela dedicação, pelos direcionamentos da pesquisa, pelas sugestões e acima de tudo pelo carinho e paciência comigo durante todo o processo constitutivo e conclusivo da pesquisa.

Gostaria de expressar a minha imensa gratidão aos membros da banca examinadora, em especial à professora Dra. Mabel Pettersen Prudente, por sua valiosa contribuição em nossa formação desde o início desta graduação. Agradeço também pela minuciosa leitura, pelas observações e pontuações desde o projeto inicial, as quais desempenharam um papel fundamental para tornar este trabalho possível. À professora Dra. Maraiza Oliveira Costa, meu eterno agradecimento por sua cuidadosa leitura, pelas suas ricas contribuições e por sua presença tão amável durante o ato de defesa do nosso trabalho.

Ao nosso ilustre Diretor Cleberson Pereira Arruda; aos professores(as) do Instituto Federal de Goiás do Câmpus Goiânia Oeste: Janaína Cristina de Jesus; Raclene Ataíde de Faria; Rachel B. M. Bastos; Dayanna Pereira dos Santos; Jacqueline de Oliveira Iglesias; Ádria de Assunção; Ramon Marcelino; Alessandro Costa; Telma Silveira; Daniela Sousa; Constantino; Ana Beatriz Machado de Freitas; Leonardo Martins; Marcelo Bessa; Luciana M. de Almeida;

Carlos Eduardo Pereira; Érico Mota; Marta Jane; Maria José; Fernando M. da Silva; Waldir Cardoso e John Carlos Alves Ribeiro, a minha imensa gratidão por terem contribuído e nos motivado a buscar conhecimentos cientificamente históricos para fortalecer e enriquecer a nossa formação durante esse caminhar tão cheio de desafios, perspectivas, buscas teóricas e práticas. Agradeço especialmente pelo empenho, dedicação e competência com que ministraram as aulas, assim como pelos inúmeros eventos de integração, interação, desenvolvimento e transparência de muitos trabalhos democraticamente voltados para alcançar os anseios da comunidade como um todo. Aos bibliotecários (as), secretários (as) e servidores (as) do campus do IFG - Goiânia Oeste, meus sinceros agradecimentos.

Aos meus colegas do curso de Licenciatura em Pedagogia, especialmente à Camila de Souza Euripedes e ao Heliab Pereira de Matos, a minha fraterna gratidão a vocês pelo companheirismo, pela amizade e pela colaboração nos grupos de estudos, trabalhos e estágios. Nesse caminhar acadêmico, estivemos juntos em momentos tristes e alegres, os quais Deus nos concedeu a fé, a força e a graça durante esses quatro anos, além da superação das dificuldades para encerrarmos com foco esse ciclo pedagógico.

Agradeço à escola Dinâmica 13 de Maio pelo vínculo criado entre nós durante muitos meses de estágio engajados, vivenciando muitas experiências e desafios na educação principalmente com crianças com o Transtorno do Espectro Autista.

Agradeço a escola Professora Deushaydes Rodrigues de Oliveira pela hospitalidade, pela responsabilidade com a educação, eficiência e competência dos profissionais. Pelas contribuições no processo formativo dos residentes pedagógicos. Agradeço em especial às professoras Priscilla Abigail Siqueira e Marineide, pelas suas contribuições e cordiais orientações na rotina escolar e nas atividades pedagógicas com as crianças.

A todos e todas, muito obrigada.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo o estudo das concepções sobre alfabetização presentes no Livro Didático “Entre Laços” do primeiro ano do Ensino Fundamental indicado pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático PNLD 2023 à superação da Política Nacional de Alfabetização (2019) e da Base Nacional Comum Curricular (2018). Este trabalho objetiva analisar tal obra engendrando a importância de promover discursos históricos por autores brasileiros na área da alfabetização que amarraram cientificamente uma perspectiva teórica dos estudos científicos da alfabetização em contextos amplos e históricos. Para tanto, conto com a perspectiva teórica dos Estudos Científicos de autores que se posicionam criticamente nas concepções socio-históricas e conjunturais. Para realizar esta busca foram analisados alguns documentos como a PNA (2019), a BNCC (2018), o PNLD (2023), o livro didático “Entre Laços” (2023), que foi escolhido e adotado pela equipe da escola da Rede Municipal de Ensino de Goiânia, tomando como referência os artefatos acima citados e considerando-os como parte do circuito de produção, regulação e consumo da produção sobre a alfabetização no Brasil. Para realizar a análise documental acerca da concepção de alfabetização posta no livro didático “Entre Laços” levantou-se a seguinte questão: quais são as concepções pedagógicas sobre o processo de alfabetização e letramento contidas no livro didático “Entre Laços, Língua Portuguesa” que foi aprovado no PNLD - 2023 e quais as aproximações com os documentos oficiais e a necessidade de superação por um viés histórico-crítico. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental e bibliográfica. Ao nortear o processo de ensino-aprendizagem, os documentos oficiais como a PNA e BNCC estabelecem diretrizes e objetivos para as escolas auxiliarem o processo na definição dos currículos, na seleção de conteúdos e na organização das práticas pedagógicas. Buscando a necessidade de contextualizar o passado e discutir o presente e a qualidade que se espera pela educação brasileira nos dias atuais, uma única metodologia não assegura que todos os alunos tenham uma formação adequada e alinhada com superações históricas reais nos espaços educacionais. A obra didática analisada mostra-se limitada e problemática ao adotar uma abordagem exclusiva pelo método fônico e literacia familiar, negligenciando aspectos essenciais da alfabetização, como compreensão, interpretação e contextos sociais. Uma abordagem mais abrangente, que considere diferentes métodos e ações educativas voltadas para o desenvolvimento pleno dos alunos, seria mais adequada para promover uma educação inclusiva e de qualidade.

Palavras-chave: Livro didático. Alfabetização. Letramento. Políticas educacionais.

ABSTRACT

This research aims to study the conceptions about literacy present in the Textbook “Entre Laços” of the first year of Elementary School indicated by the National Book and Teaching Material Program PNLD 2023 in the light of the National Literacy Policy (2019) and the Base National Common Curricular (2018). This writing aims to analyze such work engendering the importance of promoting historical discourses by Brazilian authors in the area of literacy that scientifically tied a theoretical perspective of scientific studies of literacy in broad and historical contexts. To do so, I rely on the theoretical perspective of Scientific Studies by authors who position themselves critically in socio-historical and conjunctural conceptions. To carry out this search, some documents were analyzed, such as the PNA (2019), the BNCC (2018), the PNLD (2023), the textbook “Entre Laços” (2023), which was chosen and adopted by the team of the Municipal Network school. de Ensino de Goiânia, taking the artifacts mentioned above as a reference and considering them as part of the circuit of production, regulation and consumption of production on literacy in Brazil. In order to carry out the documental analysis about the conception of literacy presented in the textbook “Entre Laços”, the following question was raised: what are the pedagogical conceptions about the process of literacy and literacy contained in the textbook “Entre Laços, Língua Portuguesa”, which was approved in the PNLD - 2023 and what are the approximations with the official documents and the need to overcome it through a historical-critical bias. The methodology used was documentary and bibliographical research. By guiding the teaching-learning process, official documents such as the PNA and BNCC establish guidelines and objectives for schools to assist in the process of defining curricula, selecting content and organizing pedagogical practices. Seeking the need to contextualize the past and discuss the present and the quality expected of Brazilian education today, a single methodology does not ensure that all students have an adequate education aligned with real historical achievements in educational spaces. The didactic work analyzed is limited and problematic by adopting an exclusive approach through the phonic method and family literacy, neglecting essential aspects of literacy, such as comprehension, interpretation and social contexts. A more comprehensive approach, which considers different educational methods and actions aimed at the full development of students, would be more adequate to promote an inclusive and quality education.

Keywords: Textbook. Literacy. literacy. educational policies

LISTA DE SIGLAS

ABC – Alfabetização Baseada nas Ciências

BNCC – Base Nacional Curricular Comum

CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária

CONEDU – Congresso Nacional de Educação

CNE– Conselho Nacional de Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PNA – Política Nacional de Alfabetização

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

ZDP – Zona de Desenvolvimento Proximal

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Capa da obra “Entre Laços”	31
Imagem 02 – Atividade da obra que reforça o uso do método fônico.....	34
Imagem 03 – Atividade da obra “Entre Laços” que reforça o uso da fluência silábica.....	36
Imagem 04 – Atividade do livro didático “Entre Laços”	38
Imagem 05 – Letramento e alfabetização como peças de um quebra cabeça.....	40
Imagem 06 – Processo de aprendizagem “Alfaletrar” por Magda Soares.....	41
Imagem 07 – Representação da Zona de Desenvolvimento Proximal.....	46
Imagem 08 – Agrupamentos produtivos.....	48
Imagem 09 – Trecho da obra “Alfaletrar” de Magda Soares.....	49
Imagem 10 – Atividade de fluência avaliativa do livro didático “Entre Laços”	51
Imagem 11 – Atividade do livro didático “Entre Laços”	53
Imagem 12 – Literacia familiar na obra “Entre Laços.....	54
Imagem 13 – Avaliação final do livro “Entre Laços”	55

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. O CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	11
1.1 Alfabetização e letramento em uma perspectiva histórica socioconstrutivista por Magda Soares.....	11
1.2 Literacia na Política Nacional de Alfabetização (PNA)	17
1.3 PNA e o Silenciamento do Letramento.....	18
1.4 O Letramento Contido na BNCC	20
1.5 Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) em foco.....	22
2. CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS E ALFABETIZAÇÃO	25
2.1 Pedagogia e Alfabetização nas Obras de Saviani	25
2.2 O Desafio Da Alfabetização Como Ato Político.....	29
3. ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO “ENTRE LAÇOS”: APROXIMAÇÕES COM OS DOCUMENTOS OFICIAIS E NECESSIDADE DE SUPERAÇÃO	31
3.1 Obra Entre Laços: Apresentação Alinhamento aos Documentos Oficiais e necessidade de superação.....	31
3.2 A Obra Entre Laços e o Direito à Educação	34
3.3 Necessidade de superação do alinhamento da obra “Entre Laços” ao tecnicismo da PNA.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS	65

INTRODUÇÃO

É sabido que a alfabetização e letramento de crianças no Brasil enfrentam desafios significativos. Em determinados casos, os alunos apresentam dificuldades de aprendizagem que podem ser associadas a questões comportamentais, as quais podem ser reflexo de dificuldades de aprendizagem prévias ou de um ambiente escolar inadequado. Por exemplo, se um aluno enfrenta repetidos fracassos na escola ou não recebe o suporte adequado para lidar com suas dificuldades, isso pode levar a um ciclo de desmotivação e comportamentos problemáticos. No entanto, é importante ressaltar que essas dificuldades também podem ser causadas por deficiências no sistema educacional, incluindo a falta de formação continuada dos professores em algumas redes públicas de ensino (SOARES, 2011).

Muitas transições políticas, mudanças conceituais e metodológicas geram embates no espaço escolar, conflitos entre interesses políticos e inseguranças entre os alfabetizadores. É um desafio contínuo fazer uma revisão dos caminhos históricos das concepções de ensino, buscando novos olhares para romper com dificuldades em aprendizagem no mundo contemporâneo.

Entendo, assim, que o meu itinerário discente impactou em minha formação de várias formas, dentre elas: a oportunidade de estudar a pedagogia, que me colocou em contato com distintos campos epistemológicos na interface das ciências humanas, incluindo a história da educação; a psicologia da educação; a sociologia da educação; a filosofia da educação me agradando com novas possibilidades e capacidades de superação do senso comum em direção a uma transformação sócio-histórica.

A formação inicial deveria oferecer ao futuro professor condições de desenvolver um trabalho a contento, porém, não pode se esgotar aí, há que se expandir e aperfeiçoar o conhecimento, através do estudo das pesquisas realizadas pelos estudiosos da área, que levem o profissional a ampliar os conhecimentos recebidos na formação inicial, o que motiva a pesquisar mais sobre a temática.

Durante os eventos, fomos agraciados em eixos que integram várias temáticas, entre eles: educação social; diálogo sobre a perspectiva dialógica; sujeito e desenvolvimento humano; antropologia; patrimônio cultural; sujeitos históricos e (des)igualdades sociais/raciais e outros estudos centrados em pesquisas na área da educação. Participei de minicursos na área da educação infantil para compreender melhor o processo sobre a elaboração de planejamentos pedagógicos, não só resguardar os direitos da criança, mas também reconhecer suas identidades

culturais, criatividade e, sobretudo, o cuidado de não machucar a sua integridade em qualquer aspecto físico, social, religioso ou econômico, considerando as especificidades e a trajetória de cada criança em seu processo de ensino-aprendizagem.

Um dos minicursos que me instigou bastante ao trabalho desta pesquisa foi o curso de Alfabetização Baseada nas Ciências (ABC). O curso possui muitos capítulos divididos em 4 seções. A Seção "A" apresenta conceitos meramente básicos sobre a alfabetização, os quais um moderno alfabetizador necessita conhecer. A seção "B" concentra-se nas habilidades da literacia emergente de alfabetização, o que significa que as crianças podem aprender a escrever e ler antes de irem para a escola. A seção "C" se concentra na participação exclusiva da literacia familiar, na fluência da escrita e na competência meramente linguística e de decodificação. A seção "D" discute as perturbações, dificuldades e interrupções do desenvolvimento da linguagem da criança ao aprender a ler e escrever. Em resumo, este manual ABC acredita que pode ser uma importante fonte de atualização científica para os alfabetizadores brasileiros.

Conforme a ciência em questão, “o cérebro da criança é altamente plástico e maleável, por isso passa por um rápido desenvolvimento nos primeiros anos de vida”. Durante essa fase, “tanto as interações familiares quanto as experiências na creche e pré-escola podem ter um impacto significativo no aprendizado da leitura e da escrita” (OEA, 2018) (Brasil, 2019, p. 30). Isso significa que a criança tem uma maior capacidade de formar novas conexões neurais e adaptar-se a novos estímulos. Segundo esses achados, a plasticidade cerebral diminui com o tempo, tornando mais difícil à criança adquirir novas habilidades à medida que ela cresce.

De acordo com os achados da neurociência e das ciências cognitivas de base estrangeira, o fenômeno sobre a estrutura cerebral ou plasticidade neuronal (DEHAENE, 2012) (Brasil, 2019, p.26) destaca a correlação da importância das experiências prévias das crianças pequenas com a linguagem escrita. Esses estudos explicam que por meio das práticas de literacia, é possível estabelecer uma base sólida para o desenvolvimento fluente e eficiente da leitura e escrita na criança. Assim, priorizam que a criança seja alfabetizada no primeiro ano do ensino fundamental.

Sobre a proposta da PNA no Brasil, me instigou a fazer uma busca bibliográfica de como alguns pesquisadores na área da educação analisam criticamente esses achados que foram colocados no livro didático PNLD de 2023. Pensando nesta problemática em nosso país, a presente pesquisa tem como principal questão fazer uma análise documental da obra de Língua Portuguesa “Entre Laços”, publicada pela editora FTD e aprovada no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (2023), para analisar de que forma as aproximações e os

afastamentos se dão em relação aos pressupostos teóricos e metodológicos apresentados na Base Nacional Comum Curricular (2018) bem como em relação à atual Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019).

Trata-se de uma obra selecionada e distribuída pelo MEC às escolas públicas de educação básica do país. O contato com a obra foi obtido a partir do site do PNLD ano 2023 e por meio de uma professora da rede municipal de ensino da Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Goiânia. Dentre várias coleções e obras que haviam sido lançadas pelas editoras no programa Nacional do Livro Didático (2023) e que foram submetidas a um processo de avaliação, este livro foi escolhido de forma unânime para a escola da Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Goiânia.

O material didático do PNLD (2023) compromete-se com as habilidades referentes à Língua Portuguesa buscando priorizar propostas que favoreçam o desenvolvimento dos elementos essenciais para a alfabetização, o apoio à prática pedagógica do professor no contexto dos anos iniciais do Ensino Fundamental e a consolidação dos aspectos importantes do processo de aprendizagem, auxiliando, assim, na “remediação de eventuais defasagens dos estudantes em seu percurso escola” (PNLD, 2023, s. p.)

O interesse por pesquisar este tema surgiu também a partir de estudos realizados nas disciplinas que envolvem a temática da alfabetização e que tratam do papel que os livros didáticos assumem no trabalho pedagógico docente para a alfabetização e o letramento visando a aquisição dos processos de como alfabetizar e letrar as crianças nas redes de educação pública.

Diante de alguns cuidados postos para melhorar a educação brasileira, o programa do Ministério da Educação (MEC) tem como objetivo fortalecer a formação inicial de professores e promover uma maior integração entre teoria e prática por meio da imersão dos estudantes de licenciatura nas escolas de educação básica. Essa iniciativa proporciona aos estudantes uma oportunidade de vivenciar de forma mais aprofundada e intensiva o ambiente escolar, permitindo-lhes adquirir habilidades e competências pedagógicas essenciais para sua atuação profissional.

Nesta perspectiva, tive a oportunidade de ingressar no programa de Residência Pedagógica. Embora minhas observações sejam ainda recentes nesse processo, tenho vivenciado questões reais do cotidiano escolar, bem como as dificuldades enfrentadas pelas crianças no processo inicial de leitura e escrita. Neste sentido, a interação dialógica com professores (as) experientes e com a gestão democrática da escola tem contribuído significativamente para o aprimoramento das nossas habilidades e competências pedagógicas,

o que, por sua vez, repercute na melhoria da qualidade da educação básica. Neste processo que articula a teoria aprendida na trajetória acadêmica e a prática vivenciada nas escolas foram fazendo sentido nesse caminhar que é tão caro, mas ao mesmo tempo gratificante.

O planejamento de uma regência na escola campo é uma experiência ímpar e especial, permitindo além de uma construção afetiva com os alunos, trocas de experiências com os docentes. E apesar do nosso objetivo estar caminhando e resignificando todos os dias, o processo deve ser contínuo e articulado no empenho das pesquisas epistemológicas e das práticas pedagógicas, de modo que estejamos sensíveis para traçar os caminhos históricos de muitas educações em busca de novos olhares.

Muitas questões envolvem a forma de lidar com a prática docente. Os livros didáticos, por exemplo, são essenciais para a educação e são um dos pilares do processo de ensino aprendizagem, especialmente nas séries iniciais, nas quais a maioria das crianças terá seu primeiro contato com a leitura e escrita. Assim como as antigas chamadas cartilhas tinham o poder de marcar a infância e a memória das crianças, os livros têm um potencial de apresentar uma variedade de perspectivas e leitura de mundo e auxiliar enquanto metodologia na construção de um pensamento crítico. Soares (2017).

Além disso, os livros desempenham um papel importante no desenvolvimento de competências linguísticas. Ao ler, o ser humano aprende novas palavras e melhora a gramática e a pronúncia. A leitura também ajuda a construir o vocabulário, essencial para a comunicação. Em suma, os livros são uma parte necessária da educação. Eles fornecem conhecimento, promovem a imaginação e a criatividade e ajudam a desenvolver habilidades linguísticas. (SOARES, 2017)

Dessa forma, a escolha do tema se justifica pelo fato de que investigar os caminhos e possibilidades da alfabetização implícita e explicitamente colocados nos manuais didáticos significa, em um primeiro momento, resgatar a história da educação no Brasil, a trajetória da alfabetização no currículo escolar e do livro didático, bem como a sua importância no processo de ensino-aprendizagem infantil. (SOARES, 2017).

Sobre a função referencial do livro didático e sua importância, o autor Choppin (2004) explica que este estabelece o apoio “privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário passar às novas gerações”. Ainda destaca o autor que, no tocante a função instrumental do livro didático, esta “põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam a facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição

de competências disciplinares ou transversais, bem como da apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de solução de problemas, etc.” (CHOPPIN, 2004, p.553)

A respeito da importância da leitura, é imprescindível pensar com Paulo Freire (1982) que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele” (FREIRE, 1982, p. 11). Sobre a necessidade de fomentar a leitura, o autor destaca que “a leitura é uma fonte inesgotável de prazer, mas por incrível que pareça, a quase totalidade, não sente esta sede” (FREIRE, 1982, p. 13). Freire (1982) ainda destaca que “a leitura não pode ser imposta; a verdadeira leitura é sempre uma conquista” (FREIRE, 1982, p. 18). No tocante ao processo de alfabetização, o autor explica que (FREIRE, 1982, p. 26):

Na etapa da alfabetização, o que se pretende não é ainda uma compreensão profunda da realidade que se está analisando, mas desenvolver aquela posição curiosa referida acima; estimular a capacidade crítica dos alfabetizandos enquanto sujeitos do conhecimento, desafiados pelo objeto a ser conhecido. É exatamente a experiência sistemática desta relação que é importante. A relação do sujeito que procura conhecer com o objeto a ser conhecido. Relação que inexiste toda vez que, na prática, o alfabetizando é tomado como paciente do processo, puro recipiente da palavra do alfabetizador (FREIRE, 1982, p. 26).

O objetivo geral desta pesquisa é realizar análise documental acerca da concepção de alfabetização posta no livro didático “Entre Laços” que foi aprovado no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (2023), tendo como objetivos específicos conceituar e descrever o processo histórico da alfabetização e letramento na perspectiva do construtivismo-interacionismo e sociointeracionismo pela pesquisadora e educadora Magda Soares. Como também as concepções pedagógicas e alfabetização pelo professor e educador Dermeval Saviani em uma perspectiva histórico- crítica.

Apresentar as concepções pedagógicas referente à alfabetização no livro “Entre laços” e analisar, criticamente, seu posicionamento junto à proposta da PNA e BNCC, bem como os seus alinhamentos e possíveis distanciamentos em relação à Política Nacional de Alfabetização e à BNCC?

Para o presente trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica qualitativa e documental, tendo como referencial teórico: Livros Didáticos do site PNLD; BNCC; PNA; livros e artigos científicos de autores contemporâneos e brasileiros, das autoras Magda Soares (2011, 2012; 2015; 2018; 2019; 2022); Saviani (2003; 2008; 2013; 2021); Mortatti (2000; 2004); Freire (1982; 1996, 1997), Albuquerque e Costa (2021) Moraes (2019; 2022) dentre outros autores brasileiros que discutem cientificamente sobre as concepções da Alfabetização e Letramento.

1. O CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Neste capítulo, será apresentado o processo histórico da alfabetização e letramento no Brasil, numa perspectiva socioconstrutivista, segundo Magda Soares. Além disso, serão abordados o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), a literacia e o silenciamento do letramento, o letramento contido na BNCC e o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).

1.1 Alfabetização e letramento em uma perspectiva histórica socioconstrutivista por Magda Soares

Magda Soares é uma renomada pesquisadora e educadora brasileira. Sua extensa trajetória acadêmica contribui significativamente para o campo da educação no Brasil. É autora de diversas obras e pesquisas voltadas para o tema da alfabetização e letramento. Seu trabalho é amplamente reconhecido e influente, sendo referência tanto para estudiosos da área quanto para professores e educadores em geral.

Inicialmente, a autora Magda Soares (2011) menciona que o processo de alfabetização é complexo e multifacetado e as abordagens pedagógicas utilizadas ao longo da história refletem diferentes concepções de leitura e escrita. Em seu livro *A escolarização da literatura infantil*, a autora destaca que até o século XVII, o ensino da leitura e da escrita era restrito às elites, sendo tais predominantemente religiosas e moralizantes. Nas palavras da autora “a alfabetização, como processo de aprendizagem da leitura e da escrita, é um processo social e culturalmente situado”, e, portanto, o conhecimento da língua escrita é, sobretudo, um meio de acesso à cultura letrada, na qual “se encontram a produção e a circulação de distintos tipos de textos, e não somente um meio de se comunicar”. (SOARES, 2011, p. 33)

A partir do século XVIII, com o surgimento das primeiras escolas primárias, a alfabetização passou a ser vista como um direito de todos os cidadãos. Nesse período, as práticas de leitura e escrita estavam voltadas para o desenvolvimento da capacidade de leitura e produção de textos mais simples, como bilhetes e cartas pessoais.

Em consonância com Silva (2012) citando a autora Francisca Maciel (2002) o processo de alfabetização no Brasil, incluindo o livro didático, passam por toda uma construção histórica como afirma e:

Destaca o final do século XVI, como sendo o período em que chegam ao nosso país as primeiras cartas, ou cartinhas, destinadas à alfabetização. Mesmo que sejam especialmente e temporalmente esparsas, as informações sobre o material didático destinado à alfabetização no nosso país, sabemos que nesse período, as Cartinhas eram constituídas da apresentação do alfabeto em grupos de letras para a formação de sílabas e de textos religiosos escritos em português e em latim. (SILVA, 2012, apud MACIEL, 2002, p.47).

A pesquisadora Magda Soares afirma que uma das primeiras mudanças de paradigmas ocorreu no século XIX entre os métodos sintéticos e analíticos. Foi nessa época que surgiram os primeiros métodos de alfabetização, como o silábico e o alfabético.

Ao lado do método alfabético, que postulava a aprendizagem das letras e dos seus sons para, a partir daí, construir as sílabas e as palavras, surgia o método silábico, que partia das sílabas como unidades primeiras, para chegar às letras e às palavras. O primeiro era tido como o mais racional, o segundo como o mais natural e progressivo (SOARES, 2011, p. 35).

No século XIX, com o crescimento do capitalismo e a necessidade de uma mão de obra mais qualificada, a alfabetização passou a ser vista como uma necessidade para a inserção no mercado de trabalho. Nesse período, surgiu o método analítico que consistia na tomada de uma parte mais complexa como textos completos ou palavras como pontapé inicial do processo de alfabetização, contrastando com os métodos sintéticos, que partiam da junção de partes como sílabas ou letras isoladas. Magda Soares destaca que apesar das mudanças no enfoque pedagógico ao longo da história, a alfabetização sempre teve uma forte relação com as demandas sociais e econômicas de cada época. Sobre a criação dos métodos de ensino e leitura, a autora esclarece que:

Com a expansão do ensino primário e a necessidade de formação de professores, a questão da escolha do conteúdo e dos métodos de ensino da leitura e da escrita passou a ser discutida com mais intensidade, o que contribuiu para o surgimento de teorias e de propostas didáticas, muitas vezes conflitantes entre si. Foi nesse contexto que se deu a introdução, nos programas de ensino da leitura e da escrita, da literatura infantil, tida como um meio eficaz de despertar o interesse das crianças pela aprendizagem da língua escrita" (SOARES, 2011, p.39).

Logo depois, aproximadamente um século se difundiu na área da alfabetização um modelo cognitivista conhecido como “construtivismo”, com origem genética em Piaget. “Introduzido e divulgado no Brasil, principalmente por meio da obra de Emília Ferreiro, o construtivismo problematizou a questão dos métodos criticados e fundamentou teoricamente a abordagem”, (SOARES, 2019, p. 20) de tal forma que:

O novo paradigma opôs-se aos métodos sintético e analíticos, até então vistos como antagônicos e concorrentes, questionando suas características comuns: em ambos, o ensino prevalece sobre a aprendizagem, e consequentemente, alfabetização se reduz a uma escolha de método; ambos têm como pressuposto que a criança aprende por “estratégias perceptivas” embora os métodos sintéticos coloquem o foco na percepção

auditiva- percepção das correspondências entre o oral e o escrito-, enquanto os métodos analíticos colocam foco na percepção visual- percepção das correspondências entre o escrito e o oral-; ambos consideram a criança como aprendiz passivo que recebe conhecimento que ele é transmitido por meio do método e do material escrito- cartilhas ou pré livros- elaborados intencionalmente para atender ao método (cf. Ferreiro e Teberosky, 1986 Capítulo 1) (SOARES, 2019,p.20)

Em relação aos métodos de ensino, Magda Soares (2019) defende que “a questão dos métodos é plural e não se resolve num único método para alfabetizar ou letrar a criança, pois é um processo complexo que envolve várias facetas”. (SOARES, 2019, p. 35) Em geral, podemos dividi-lo em três dimensões: a dimensão cognitiva, a dimensão linguística e a dimensão social. E o importante é que a alfabetização com métodos seja adequada ao contexto e às características dos alunos. Ela destaca que é fundamental considerar as diferenças individuais, culturais e socioeconômicas dos alunos, para que o processo de alfabetização seja significativo e efetivo.

Assim, o conceito de métodos de alfabetização que se pretendeu construir ao longo dos capítulos [...] permite inferir que a resposta à *questão dos métodos* [...] não é qual método ou quais métodos são os melhores ou mais adequados; a resposta que se pode inferir reverte os termos da expressão *métodos de alfabetização* para **alfabetizar com método**: orientar a criança por meio de procedimentos que fundamentados em teorias e princípios, estimulem e orientem as operações cognitivas e linguísticas que progressivamente a conduzam a uma aprendizagem bem-sucedida da leitura e da escrita [...]. (SOARES, 2019 p. 331, grifos da autora).

Magda Soares (2019) defende uma abordagem socioconstrutivista para a alfabetização, na qual o processo de aprendizagem da leitura e da escrita é visto como resultado da interação entre o sujeito que aprende, o ambiente sociocultural em que está inserido e a mediação do professor.

A alfabetização é um processo complexo que envolve diversos fatores, como a aprendizagem da leitura e da escrita e a compreensão dos usos sociais da língua escrita. Na obra *Alfabetização: a questão dos métodos*, Magda Soares aborda como “o ensino da leitura e da escrita é um processo social, não uma simples transmissão de informações” (SOARES, 2012, p. 18). Nesse sentido, é necessário considerar a realidade sociocultural dos alunos para planejar e implementar estratégias de ensino que sejam eficazes e relevantes.

Entre os métodos de alfabetização mais utilizados, destacam-se o método fônico e o método global. Segundo Soares, o método fônico baseia-se na “relação sistemática entre grafemas e fonemas, ou seja, entre as letras e os sons da língua” (SOARES, 2012, p. 21), enquanto o método global, também conhecido como método de palavras inteiras, consiste na “aprendizagem das palavras como unidades significativas completas”(SOARES, 2012, p. 22). Ambos os métodos têm suas vantagens e desvantagens, se a escolha entre eles deve considerar as características dos alunos e do contexto em que se encontram.

No entanto, é importante ressaltar que o método de alfabetização utilizado não é o único fator determinante para o sucesso ou fracasso do processo de aprendizagem. Como afirma Soares, “não há um único método que seja o melhor para todas as crianças, em todas as situações, em todos os contextos” (SOARES, 2012, p.19), sendo necessário considerar a formação dos professores, a qualidade dos materiais didáticos e a organização do sistema educacional como um todo.

Um aspecto relevante do processo de alfabetização é a relação entre oralidade e escrita. Para Soares, “a aprendizagem da escrita, assim como a da leitura, não pode ser dissociada do uso da língua oral” (SOARES, 2012, p. 26). Desse modo, é fundamental que o ensino da leitura e da escrita esteja integrado ao ensino da língua oral, promovendo o desenvolvimento linguístico dos alunos de forma ampla e consistente.

É importante destacar que o processo de alfabetização não deve ser visto como um fim em si mesmo, mas sim como um meio para que os alunos tenham acesso à cultura escrita e possam participar ativamente da vida social. Como afirma Soares, “a alfabetização é o ponto de partida para uma educação de qualidade, para o acesso ao conhecimento científico e tecnológico e para o exercício da cidadania plena” (SOARES, 2012, p. 30). Nesse sentido, é fundamental que o ensino da leitura e da escrita seja orientado por uma perspectiva crítica e emancipatória, que valorize a cultura e as experiências dos alunos e promova a formação de sujeitos autônomos e críticos.

Segundo a autora, “a alfabetização não é uma habilidade que possa ser ensinada num dado momento, mas um processo que se desenvolve ao longo do tempo e depende de muitos fatores”, (SOARES, 2018, p.15). Isso significa que a alfabetização não é um processo mecânico, mas sim um processo complexo e multifacetado, que envolve a construção de habilidades e competências ao longo do tempo.

A autora enfatiza que a alfabetização é um processo que ocorre naturalmente, desde que as condições adequadas sejam criadas, pois “as crianças são capazes de aprender a ler e escrever se forem expostas a situações que as motivem a ler e escrever” (SOARES, 2018, p. 29). Dessa forma, o papel da escola é oferecer um ambiente rico em experiências de leitura e escrita que despertem o interesse das crianças (SOARES, 2018).

Magda Soares (SOARES, 2018) argumenta que a alfabetização não é um processo isolado, mas sim parte de um processo maior de desenvolvimento cognitivo, pois “a alfabetização não se separa do processo de desenvolvimento mental e cognitivo da criança”,

(SOARES, 2018, p. 40). Desse modo, é importante compreender que a alfabetização é um processo que está interligado com outras áreas do desenvolvimento infantil.

Em sua obra, a autora destaca a importância da oralidade na alfabetização, sendo que “a compreensão oral é um requisito básico para a compreensão da leitura” (SOARES, 2018, p. 60). Isso significa que é preciso desenvolver a capacidade das crianças de compreender e expressar ideias de forma oral antes de trabalhar a leitura e a escrita, resultando daí a importância das interações sociais neste processo dialógico.

A autora enfatiza que a alfabetização não deve ser vista como uma habilidade que pode ser desenvolvida em um curto espaço de tempo “não há uma fórmula mágica para alfabetizar todas as crianças em um ano”, (SOARES, 2018, p. 85), sendo necessário compreendê-la com é um processo contínuo e que se desenvolve ao longo do tempo.

Magda Soares (2018) destaca a importância de se trabalhar com textos autênticos na alfabetização pois “o material que as crianças devem ler e escrever deve ser tão próximo quanto possível do material que as pessoas usam em suas vidas cotidianas” (SOARES, 2018, p. 109). Dessa forma, é possível tornar a alfabetização mais significativa e relacionada com o mundo real das crianças, com suas vivências e bagagens que trazem do seu meio social.

A autora também argumenta que a alfabetização deve ser um processo que respeita as diferenças individuais das crianças, pois cada criança tem suas próprias características e necessidades, sendo preciso respeitar essas diferenças no processo de alfabetização, pois “não há um único caminho para alfabetizar as crianças” (SOARES, 2018, p. 134)

Segundo Magda Soares, a alfabetização não deve ser vista como uma tarefa exclusiva da escola pois “a família é um parceiro fundamental no processo de alfabetização” (SOARES, 2018, p. 163). É preciso envolver os pais no processo de alfabetização das crianças, para que eles possam apoiar e incentivar o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita a partir do contato com o letramento em diferentes contextos sociais.

A alfabetização não deve ser vista como uma atividade isolada, mas sim como parte de um processo maior de formação do indivíduo “a alfabetização é um processo de formação de sujeitos leitores e escritores, capazes de usar a linguagem escrita para comunicar e expressar suas ideias” (SOARES, 2018, p. 192). Desse modo, a alfabetização não se limita apenas à habilidade de decodificar letras e palavras, mas sim a um processo de formação integral do indivíduo.

Ao final de seu livro, Magda Soares destaca a importância de se construir uma prática pedagógica que respeite as diferenças individuais das crianças e que esteja sempre em processo

de reflexão e avaliação pois “o processo de alfabetização deve ser um processo contínuo de reflexão e ação, que leve em conta as necessidades e características de cada criança” (SOARES, 2018, p. 219). Dessa forma, é possível construir uma educação mais inclusiva e democrática, que promova o desenvolvimento integral das crianças.

A autora ampliou o conceito de alfabetização para incluir não apenas a habilidade de ler e escrever, mas também a capacidade de compreender e produzir textos em diferentes contextos. Em seu livro *Letramento: um tema em três Gêneros*, o letramento pode ser definido como “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos” (SOARES, 2015, p. 17). Nesse sentido, o letramento está relacionado à capacidade de utilizar a escrita de forma competente em diferentes situações e contextos sociais.

A autora ressalta que o letramento não se resume apenas à alfabetização, que é o processo de aprendizagem do sistema de escrita alfabética. “O letramento, embora inclua a alfabetização, é um conceito mais amplo, que se refere às práticas sociais que fazem uso da escrita” (SOARES, 2015, p. 17). Dessa forma, uma pessoa pode ser alfabetizada, mas não necessariamente letrada, se não souber utilizar a escrita de forma eficiente em contextos específicos.

Magda Soares (2015) também destaca que o letramento não é um fenômeno homogêneo, mas sim diverso e multifacetado, pois “não existe uma única forma de letramento, mas várias formas de uso da escrita em diferentes contextos e situações sociais” (SOARES, 2015, p. 18). Nesse sentido, é importante considerar as práticas sociais de leitura e escrita de cada grupo ou comunidade, a fim de compreender suas especificidades e particularidades.

A autora apresenta ainda a ideia de que o letramento pode ser analisado em diferentes gêneros discursivos, que são formas específicas de uso da escrita em contextos sociais distintos quando diz que “cada gênero discursivo tem suas próprias características, objetivos, normas e convenções” (SOARES, 2015, p. 21). Dessa forma, a análise dos gêneros discursivos pode ser uma ferramenta útil para compreender como a escrita é utilizada em diferentes contextos sociais e para diferentes fins. No poema “O Que É o Letramento?” A autora apresenta os conceitos “que subjazem o letramento” (SOARES, 2015, p. 41):

Letramento não é um gancho
Em que se pendura cada som enunciado,
Não é treinamento repetitivo
De uma habilidade,
Nem um martelo
Quebrando blocos de gramática.

Letramento é diversão
É leitura à luz de vela
Ou lá fora, à luz do sol.

São notícias sobre o presidente,
O tempo, os artistas da TV
E mesmo Mônica e Cebolinha
Nos jornais de Domingo.

É uma receita de biscoito,
Uma lista de compras,
recados colados na geladeira,
Um bilhete de amor,
Telegramas de parabéns e cartas
De velhos amigos
É viajar para países desconhecidos,
Sem deixar sua cama,
É rir e chorar
Com personagens,
heróis e grandes amigos.

É um atlas do mundo,
Sinais de trânsito, caças ao tesouro,
Manuais, instruções, guias,
E orientações em bulas de remédios,
Para que você não fique perdido.

Letramento é, sobretudo,
Um mapa do coração do homem,
Um mapa de quem você é,
E de tudo que pode ser (SOARES, 2015, p. 41).

Deste modo, Magda Soares (2015) destaca a importância de considerar o letramento como um processo contínuo e em constante transformação. O poema aborda o letramento como “uma prática social e historicamente situada, que se transforma ao longo do tempo, em função de mudanças sociais, culturais e tecnológicas” (SOARES, 2015, p. 28). Nesse sentido, é fundamental que a educação esteja sempre atenta às transformações das práticas do letramento em diferentes contextos sociais, a fim de preparar as pessoas para atuarem de forma ativa e crítica no mundo letrado contemporâneo.

1.2 Literacia na Política Nacional de Alfabetização (PNA)

Em 2019 foi lançado o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), uma política pública encabeçada pelo Ministério da Educação do Brasil com o objetivo de reduzir a taxa de analfabetismo no país e melhorar a qualidade da educação. O Plano inclui diversas iniciativas como a promoção da literacia, entendida como a capacidade de ler, escrever, compreender e

usar a linguagem em diversas situações sociais (BRASIL, 2019).

De acordo com o documento PNA, a literacia é fundamental para o desenvolvimento de competências cognitivas, sociais e emocionais das pessoas. Além disso, a literacia é uma habilidade necessária para o exercício da cidadania e para o acesso a direitos e oportunidades na sociedade contemporânea. O plano destaca a importância de promover a literacia desde a primeira infância, por meio de práticas pedagógicas inclusivas e adequadas ao contexto social e cultural das crianças (BRASIL, 2019).

O conceito de literacia adotado pelo PNA considera que a leitura e a escrita são apenas uma parte das práticas sociais de linguagem, que incluem também a oralidade, a produção de textos e o conhecimento das variedades linguísticas. Nesse sentido, a literacia é entendida como um processo dinâmico e contínuo de construção de significados, que envolve não apenas o domínio das habilidades básicas de leitura e escrita, mas também o desenvolvimento de competências comunicativas e cognitivas mais amplas (SOARES, 2019, p. 25).

O documento PNA também enfatiza a necessidade de formação de professores para a promoção da literacia. O plano propõe a criação de cursos de formação continuada para professores, com o objetivo de desenvolver habilidades pedagógicas e conhecimentos específicos sobre a alfabetização e a literacia. Além disso, o plano destaca a importância da valorização dos profissionais da educação, por meio de incentivos e condições de trabalho adequadas (BRASIL, 2019).

Por fim, o documento PNA prevê a promoção da literacia por meio de políticas integradas de educação, cultura, saúde e assistência social. O plano propõe a criação de parcerias entre diferentes setores governamentais e não governamentais para ampliar o acesso a recursos educacionais, culturais e sociais, bem como para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos (BRASIL, 2019).

1.3 PNA e o Silenciamento do Letramento

A Política Nacional de Alfabetização, como o próprio nome sugere, é uma iniciativa governamental que busca combater o analfabetismo no país. No entanto, é importante destacar que o plano tem sido alvo de críticas devido à sua abordagem limitada, que negligencia os conceitos de letramento e transfere a responsabilidade da alfabetização exclusivamente para as famílias como bem enfatizam. Essa abordagem míope do plano apresenta sérias lacunas e

implicações negativas para a educação como um todo, assim como bem destacam Desegna e Mello (2020, p. 04):

A política em questão vem estabelecendo um método de marcha sintética como imperativo para a solução do fracasso na alfabetização no país. Contudo, sabemos que na escola existem muitas variáveis que interferem no processo de ensino dos estudantes como sua relação com o mundo da escrita socialmente, assim como os procedimentos diversos que os professores precisam utilizar para suprir a demanda individual de cada um presente nas classes de alfabetização, o que um único conjunto de procedimentos, como o método fônico proposto pela PNA, não consegue sozinho garantir, considerando a aprendizagem da leitura e da escrita por todos. Importa salientar também que para o desenvolvimento da leitura e da escrita, antes de refletirmos sobre como ensinar as crianças a ler e a escrever, é necessário entender os processos cognitivos que elas passam, ou seja, como elas aprendem (DESEGNA; MELLO, 2020, p. 04).

Em primeiro lugar, é fundamental compreender a diferença entre alfabetização e letramento. Como já mencionado a alfabetização refere-se ao aprendizado do sistema de escrita, ou seja, à habilidade de decodificar letras e palavras. Por outro lado, o letramento envolve a capacidade de compreender, interpretar e utilizar a leitura e a escrita de forma crítica e reflexiva, aplicando-as em diferentes contextos sociais e culturais (SOARES, 2018).

Ao focar exclusivamente na alfabetização, a Política Nacional de Alfabetização deixa de lado o desenvolvimento do letramento, privando os alunos de habilidades essenciais para a vida no século XXI. O letramento é fundamental para que os indivíduos possam participar plenamente da sociedade, analisar informações, exercer sua cidadania e se expressar de forma eficaz, como bem reforçam Albuquerque e Costa (2021, p. 496):

Não se trata de uma simples substituição de termos. O conceito de letramento, com uma prática de alfabetização focada no uso social da leitura e escrita, cede lugar à literacia, voltada para as habilidades, para a produtividade, gerando novos conhecimentos, porém, sem compromisso com uma formação social dentro da perspectiva de produção de conhecimentos (ALBUQUERQUE; COSTA, 2021, p. 496).

Além disso, transferir a responsabilidade da alfabetização exclusivamente para as famílias é uma abordagem simplista e injusta. A educação é um direito de todos e deve ser assegurada pelo Estado, por meio de políticas públicas e investimentos adequados. Ao jogar a responsabilidade para as famílias, o plano ignora as desigualdades sociais e econômicas existentes no país, que impactam diretamente a qualidade da educação recebida pelos alunos, como aponta Moraes (2019, p. 70):

Ao lado do pobre viés teórico que não incorpora uma análise dos textos escritos como gêneros textuais, a que já fizemos menção, o texto da PNA também não atenta para a importância fundamental de ampliar as práticas de letramento e as reflexões sobre os usos dos textos e suportes desde a Educação Infantil como uma medida de democratização do acesso ao mundo da escrita. O caderno da PNA nunca leva em conta o fato de que a introdução precoce de práticas letradas, na escola, num país em que o acesso ao mundo da escrita é tão desigualmente assegurado, é uma opção política por democratização, por redução de desigualdades, que só faz bem para os

meninos e para as meninas que frequentam nossas redes públicas (MORAIS, 2019, p. 70).

As famílias desempenham um papel importante no processo educacional, mas não podem ser sobrecarregadas com a tarefa de suprir as deficiências do sistema de ensino. É responsabilidade do Estado garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso a uma educação de qualidade, com professores capacitados, materiais adequados e infraestrutura adequada (ALMEIDA, 2019).

Além do que, ao enfatizar apenas a literacia familiar, a Política Nacional de Alfabetização desconsidera outras esferas de influência educacional, como a escola e a comunidade. O ambiente escolar desempenha um papel crucial no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, proporcionando experiências enriquecedoras, acesso a bibliotecas e promovendo práticas de leitura significativas. Negligenciar esses aspectos compromete o aprendizado dos estudantes e perpetua a desigualdade educacional (MORAIS, 2019).

A Política Nacional de Alfabetização, ao não abordar os conceitos de letramento e transferir a responsabilidade da alfabetização para as famílias, demonstra uma visão restrita e inadequada da educação. É necessário repensar essa abordagem, investindo em políticas educacionais mais abrangentes e inclusivas, que valorizem tanto a alfabetização quanto o letramento. O letramento é essencial para que os indivíduos se tornem cidadãos críticos e participativos, capazes de se adaptar a um mundo em constante mudança.

1.4 O Letramento Contido na BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que estabelece as diretrizes para a educação básica no Brasil. Ela inclui as competências, habilidades e conhecimentos que devem ser desenvolvidos pelos estudantes em cada etapa da educação básica e, diferentemente da PNA, inclui o termo letramento (BRASIL, 2018).

De acordo com a BNCC, o letramento é entendido como uma prática social que envolve a habilidade de ler, escrever e interpretar diferentes tipos de texto, incluindo textos orais, visuais e digitais. O letramento é essencial para a participação plena na sociedade e para o desenvolvimento da cidadania (BRASIL, 2018).

A BNCC destaca a importância da promoção do letramento desde a primeira infância por meio de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e linguística dos

estudantes. O documento enfatiza a necessidade de uma educação inclusiva e de qualidade, que proporcione igualdade de oportunidades para todos os estudantes (BRASIL, 2018).

Ao desenvolver o letramento, o sujeito aprimora sua capacidade de ler, escrever, falar e ouvir, ampliando suas possibilidades de compreender, interpretar e produzir diferentes textos, em diferentes situações de uso da língua. Além disso, o letramento é essencial para que o indivíduo possa participar de forma crítica e consciente da sociedade em que vive, compreendendo os valores e as normas que a regem e sendo capaz de agir de forma autônoma e responsável (BRASIL, 2018, p. 13).

A BNCC também destaca a importância da formação de professores para o desenvolvimento do letramento. Ela propõe a criação de cursos de formação continuada para os professores, com o objetivo de desenvolver habilidades pedagógicas e conhecimentos específicos sobre a alfabetização e o letramento (BRASIL, 2018).

Além disso, a BNCC prevê a promoção do letramento por meio de práticas interdisciplinares e integradas, que permitam a conexão entre diferentes áreas do conhecimento. Ela propõe a criação de projetos pedagógicos que integrem a leitura e a escrita a temas relevantes da atualidade, como sustentabilidade, cidadania e direitos humanos (BRASIL, 2018).

Por fim, a BNCC destaca a importância da avaliação do letramento, como forma de identificar as necessidades dos estudantes e de orientar as práticas pedagógicas. Ela propõe a criação de instrumentos de avaliação que considerem a diversidade cultural e linguística dos estudantes, e que valorizem o desenvolvimento de competências e habilidades relevantes para a vida em sociedade.

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem sido objeto de críticas e enfrentado dificuldades em sua execução. Uma das principais críticas se refere à falta de clareza e objetividade do documento. A BNCC muitas vezes apresenta descritores vagos e abertos à interpretação, o que gera incertezas e dificulta a elaboração de currículos coerentes e efetivos. Essa falta de precisão pode resultar em diferentes interpretações e práticas divergentes entre as escolas e os professores, comprometendo a qualidade do ensino (MORAIS, 2022).

Outro ponto crítico é a falta de flexibilidade e adaptabilidade da BNCC. Ao ser aplicada de maneira rígida e inflexível, a BNCC pode desconsiderar a diversidade de realidades e necessidades das escolas e dos alunos. A homogeneização curricular pode negligenciar a importância de contextos locais, culturais e sociais, dificultando a personalização do ensino e a promoção de uma educação mais inclusiva e relevante. Além disso, a falta de mecanismos claros para a atualização e revisão periódica da BNCC pode tornar o documento desatualizado e inadequado às demandas educacionais em constante evolução (MORAIS, 2022).

Outra lacuna e problema identificados na BNCC diz respeito à falta de diretrizes claras para a formação e valorização dos professores. O documento deveria apresentar orientações e

incentivos para o desenvolvimento profissional dos docentes, considerando a importância fundamental do professor na efetivação das diretrizes curriculares. A falta de apoio e investimentos adequados na formação contínua dos professores pode comprometer a implementação da BNCC, pois os educadores precisam de suporte e capacitação para compreender e aplicar efetivamente as propostas curriculares em sala de aula (CALLEGARI, 2020).

É necessário que sejam feitos esforços contínuos para aprimorar a BNCC, considerando as críticas e dificuldades mencionadas. A clareza, flexibilidade e adaptação são aspectos cruciais a serem considerados na elaboração e implementação de um currículo nacional, garantindo que ele seja um instrumento efetivo de melhoria da qualidade da educação no país. Além disso, é fundamental investir na formação e valorização dos professores, reconhecendo seu papel central na concretização das diretrizes curriculares e no sucesso educacional dos estudantes (CALLEGARI, 2020).

1.5 Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) em foco

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é um programa do MEC que tem a finalidade de avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, dentre outros materiais de apoio à prática educativa, de maneira sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital bem como às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas ao Poder Público (BRASIL, 2022). De acordo com o Congresso Nacional de Educação (CONEDU), o Programa Nacional do Livro Didático, o PNLD, nasceu em agosto de 1985 e vigora até os dias de hoje, com mudanças robustas na área da alfabetização. Criado pelo Decreto-lei 91.542, de 19 de agosto de 1985.

O PNLD se constitui como uma política pública educacional de grande relevância para a educação, passado mais de meio século, em pleno vigor do século XXI, o PNLD vem se perpetuando anunciadamente como um programa em favor do ensino. Sobre a eficiência desse programa de Estado, em seu percurso, o PNLD atravessou diversas gestões presidenciais mantendo a concepção básica de que o Estado deve dedicar atenção aos processos de avaliação, aquisição e distribuição de livros didáticos – e, ao fazê-lo, estabelece critérios que incidem também sobre os processos de produção e editoração –, assegurando as condições para que os estudantes da educação básica recebam livros cada vez mais qualificados (CAIMI, 2018, p. 23).

Ressalta Caimi (2018) que ao longo dos anos, o PNLD passou por diversas gestões presidenciais e manteve a sua concepção básica, que é a de que o Estado deve se envolver nos

processos de avaliação, aquisição e distribuição dos livros didáticos. Isso é fundamental para garantir que os materiais utilizados nas escolas estejam alinhados com as diretrizes curriculares e pedagógicas estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC). No entanto, é necessário que haja um constante aprimoramento do programa, considerando os desafios e demandas contemporâneas da educação.

De acordo com o PNLD, a alfabetização é um processo que envolve o desenvolvimento da capacidade de leitura e escrita, habilidades essenciais para a vida em sociedade. É importante que os materiais didáticos utilizados nas escolas ofereçam atividades que promovam a prática da leitura e escrita, de forma que os alunos possam desenvolver suas habilidades de forma efetiva. “O letramento, ao enfatizar a prática social da leitura e da escrita, valoriza o uso dessas práticas para a construção de sentidos, a interpretação crítica de textos, a resolução de problemas e a participação ativa na vida em sociedade” (BRASIL, 2020, p. 10).

O letramento, por sua vez, é entendido como a capacidade de ler e escrever em diferentes contextos sociais, além da capacidade de interpretar e produzir diferentes tipos de texto. A BNCC, que orienta o PNLD, destaca a importância de promover o letramento desde a primeira infância, por meio de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e linguística dos estudantes. Os livros didáticos devem ser capazes de oferecer conteúdos que contemplem diferentes habilidades e competências relacionadas ao letramento, como a compreensão de textos, a produção de textos, a análise de imagens e a interpretação de diferentes tipos de linguagem, como a linguagem oral e visual (BRASIL, 2018).

Além disso, os livros didáticos devem considerar a diversidade cultural e linguística dos estudantes, de forma a respeitar e valorizar as diferentes formas de expressão e comunicação. É importante que os materiais didáticos não reforcem estereótipos ou preconceitos, e que ofereçam uma visão plural da sociedade brasileira (PAIVA, 2017).

O PNLD destaca ainda a importância da avaliação do processo de alfabetização e letramento, como forma de identificar as necessidades dos alunos e orientar as práticas pedagógicas. Os materiais didáticos devem fornecer instrumentos de avaliação que considerem a diversidade dos alunos e valorizem o desenvolvimento de habilidades e competências relevantes para a vida em sociedade (PAIVA, 2017, p. 18):

O letramento, como objeto de ensino, exige uma perspectiva crítica que considere não só as habilidades e competências necessárias para ler e escrever, mas também os contextos e práticas sociais em que a língua é utilizada. Nesse sentido, a inclusão de obras literárias que valorizem a diversidade cultural, a pluralidade de vozes e o exercício da cidadania é essencial para o desenvolvimento de leitores e escritores críticos e autônomos (PAIVA, 2017, p. 18).

Antonio Augusto Gomes Batista é um pesquisador brasileiro que se dedica ao estudo do livro didático como recurso pedagógico. Em suas obras, ele discute o papel do livro didático na educação brasileira e como esse recurso pode contribuir para a formação de cidadãos críticos e conscientes. Segundo Batista, o livro didático é um instrumento fundamental no processo de ensino e aprendizagem, pois é capaz de oferecer aos alunos informações organizadas e sistematizadas sobre diferentes áreas do conhecimento. Ele ressalta, no entanto, que o livro didático não deve ser visto como a única fonte de informação, mas sim como um recurso que deve ser complementado por outras formas de aprendizagem, como a pesquisa e o diálogo com os professores e colegas (BATISTA, 2016).

O livro didático é uma das principais fontes de informação para os estudantes brasileiros e, como tal, tem um papel central no sistema educacional do país. Ele não é apenas um objeto de ensino, mas também um objeto de aprendizagem, que deve ser capaz de mediar o conhecimento entre o professor e o aluno, oferecendo informações relevantes e atualizadas de forma clara e objetiva (BATISTA, 2016, p. 11).

Outra ideia defendida por Batista (2016) é a importância do livro didático como objeto cultural. Para ele, os livros didáticos não devem ser vistos apenas como instrumentos pedagógicos, mas também como objetos que carregam consigo valores culturais e históricos. Ele ressalta que o livro didático deve ser selecionado levando em conta não apenas critérios pedagógicos, mas também critérios culturais e sociais (BATISTA, 2016).

O autor também destaca a importância da reflexão crítica sobre o conteúdo dos livros didáticos. Segundo ele, os livros didáticos não devem ser vistos como verdades absolutas, mas sim como fontes que precisam ser questionadas e analisadas criticamente pelos alunos e pelos professores. Ele ressalta que o livro didático deve ser visto como um objeto que está sujeito a interpretações e que pode ser objeto de discussão e reflexão em sala de aula (BATISTA, 2016).

Outro ponto importante abordado é a relação entre o livro didático e a formação de identidades culturais. Para ele, os livros didáticos devem levar em conta as diferentes identidades culturais presentes na sociedade brasileira e oferecer informações que permitam aos alunos compreender e valorizar essas identidades. Ele destaca que o livro didático deve ser um instrumento capaz de promover o respeito à diversidade cultural e de contribuir para a formação de cidadãos conscientes e críticos (BATISTA, 2016).

Por fim, Batista destaca a importância da formação de professores para o uso adequado do livro didático. Segundo ele, os professores devem ser capazes de selecionar e utilizar os livros didáticos de forma crítica e reflexiva, levando em conta as diferentes necessidades e realidades dos alunos. Ele ressalta que a formação de professores é fundamental para garantir que o livro didático seja utilizado de forma eficaz (BATISTA, 2016).

2. CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS E ALFABETIZAÇÃO

Neste capítulo, serão abordadas as concepções pedagógicas e de alfabetização nas obras de Saviani, em uma perspectiva histórico-crítica, e o desafio da alfabetização como ato político.

2.1 Pedagogia e Alfabetização nas Obras de Saviani

Demerval Saviani é um renomado educador e pesquisador brasileiro, doutor em filosofia da educação e teoria da aprendizagem. Reconhecido como um dos principais teóricos da educação no Brasil, especialmente por suas contribuições teóricas para o campo da pedagogia e por suas pesquisas desenvolvidas sobre a concepção pedagógica histórico-crítica. É autor de diversas obras que têm influenciado o campo educacional, pois abordam, além da teoria histórica da educação, as práticas pedagógicas críticas e a formação de professores.

A obra *Pedagogia no Brasil: História e Teoria*, escrita por Demerval Saviani (2008), é considerada uma das referências mais importantes sobre a história da pedagogia brasileira. Nessa obra, Saviani busca apresentar uma análise crítica da evolução da pedagogia no Brasil, desde os primórdios da colonização até os dias atuais.

Para o autor, a pedagogia é uma área de conhecimento que busca compreender a realidade educativa e desenvolver práticas pedagógicas que possam contribuir para a formação dos indivíduos: “a pedagogia tem por objeto o estudo dos processos de formação humana” (SAVIANI, 2008, p. 23) estando voltada para a compreensão dos processos educativos em suas dimensões teóricas e práticas.

Em sua obra, o autor destaca a importância da reflexão crítica sobre a prática pedagógica pois “a prática educativa não pode ser assumida de forma acrítica, mas deve ser objeto de constante reflexão” (SAVIANI, 2008, p. 47). Dessa forma, é possível identificar as contradições e desafios da prática pedagógica e buscar soluções para superá-los.

Segundo Saviani, a história da pedagogia no Brasil está diretamente ligada ao processo de construção da nação e da identidade nacional pois “a pedagogia tem um papel importante na construção da nação, uma vez que contribui para a formação da identidade nacional” (SAVIANI, 2008, p. 83). Desse modo, a pedagogia é uma área de conhecimento que está diretamente ligada à construção da sociedade brasileira.

Nesse contexto de formação de identidade nacional, é defendida a importância da teoria na prática pedagógica, uma vez que “a mesma não pode prescindir da teoria, visto que a teoria é fundamental para orientar e fundamentar a prática” (SAVIANI, 2008, p. 143). Dessa forma, é preciso desenvolver uma prática pedagógica que esteja sempre em diálogo com a teoria, buscando uma articulação entre as dimensões teóricas e práticas da educação.

O autor enfatiza que a educação não é neutra, mas sim permeada por interesses políticos e sociais por tratar-se de um “processo político, que está permeado por interesses sociais e políticos” (SAVIANI, 2008, p. 173). Assim, é preciso compreender a relação entre educação e política e buscar uma prática pedagógica que esteja comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Nisto reside a importância do ensino para a formação dos indivíduos, pois “é por meio do ensino que se transmite [constrói] conhecimentos e valores” (SAVIANI, 2008, p. 196). Desse modo, é preciso desenvolver uma prática pedagógica que valorize o ensino como um processo fundamental para a formação dos indivíduos.

O autor argumenta que a pedagogia crítica é uma abordagem que “busca superar a visão tecnicista da educação, que reduz a educação a uma mera técnica de ensino” (SAVIANI, 2008, p. 228). Dessa forma, a pedagogia crítica busca desenvolver uma prática pedagógica que esteja comprometida com a formação crítica dos indivíduos e com a transformação social.

Em sua obra, Saviani destaca a importância da escola como instituição social responsável tanto pela construção quanto pela transformação dos conhecimentos e valores da sociedade, sendo preciso valorizar seu papel na formação dos indivíduos e desenvolver uma prática pedagógica que esteja comprometida com essa responsabilidade social.

A formação de professores como um processo fundamental para a melhoria da qualidade da educação é destacada pois “a formação dos professores é fundamental para a melhoria da qualidade da educação, uma vez que é por meio dos professores que se desenvolve a prática pedagógica” (SAVIANI, 2008, p. 280). Dessa forma, é preciso valorizar tal formação e desenvolver políticas públicas que possam contribuir para a qualificação dos profissionais da educação, sendo necessário investir na formação inicial e continuada dos professores, para que possam desenvolver uma prática pedagógica mais qualificada e comprometida com a formação dos indivíduos e com a transformação social.

Em seus estudos, Saviani mostra como a pedagogia no Brasil foi influenciada por diferentes correntes de pensamento, como o positivismo, o marxismo e o construtivismo. Ele destaca a importância dessas correntes na formação da pedagogia brasileira e como cada uma delas contribuiu para a construção de uma concepção própria de educação. “A Pedagogia se

constituiu num campo do conhecimento específico, com objeto, teoria e método próprios, na medida em que a educação se autonomizou da religião e da moral e passou a ser vista como fenômeno social e cultural” (SAVIANI, 2008, p. 13).

Além disso, Saviani discute as principais tendências pedagógicas que surgiram no Brasil ao longo do tempo, como o escolanovismo, o tecnicismo e o educacionismo. Ele apresenta uma análise crítica dessas tendências e mostra como elas influenciaram a prática pedagógica no país. Outro ponto importante abordado por Saviani é a relação entre educação e sociedade. Ele destaca como as transformações sociais e políticas do Brasil influenciaram a prática pedagógica e como a educação pode ser utilizada como instrumento de transformação social (SAVIANI, 2008).

A partir da década de 60, a Pedagogia crítica surge como contraponto à Pedagogia tradicional, propondo a formação de indivíduos críticos e conscientes das relações sociais. A Pedagogia histórico-crítica tem como objetivo a formação de indivíduos capazes de compreender as contradições da realidade social e de transformá-la. A Pedagogia progressista libertadora busca a formação de indivíduos capazes de transformar a realidade social, promovendo a libertação dos oprimidos. A Pedagogia tecnicista enfatiza a eficiência e a produtividade do processo educacional, com a utilização de técnicas e métodos racionais e científicos (SAVIANI, 2008, pág. 34).

Saviani também apresenta uma análise crítica do papel do Estado na educação brasileira, mostrando como as políticas educacionais foram influenciadas por interesses políticos e econômicos. Ele destaca a importância da participação da sociedade na construção de uma educação de qualidade e da necessidade de um sistema educacional mais democrático e inclusivo (SAVIANI, 2008).

Em sua obra, Dermeval Saviani destaca a importância da pedagogia como um campo de estudo e prática, pois “a pedagogia é a ciência que se ocupa da educação enquanto prática social” (SAVIANI, 2008, p. 19). Assim, a pedagogia busca compreender as relações entre a educação e a sociedade e contribuir para o desenvolvimento de práticas educativas mais efetivas e democráticas.

Dentre as correntes filosóficas estudadas, Saviani sendo autor e defensor da pedagogia histórico-crítica como uma abordagem que valoriza o papel da escola na formação dos indivíduos e na transformação social na medida em que “valoriza a escola como espaço de formação dos indivíduos e como agente de transformação social” (SAVIANI, 2008, p. 92).

O autor destaca que a pedagogia crítica é uma tentativa de superar uma perspectiva técnico-pedagógica que reduz a educação a uma técnica puramente pedagógica, enquanto a pedagogia crítica busca desenvolver uma abordagem voltada para a formação crítica dos indivíduos e para a mudança social.

Ao afirmar que “a educação popular é uma abordagem que valoriza a participação dos indivíduos na construção do conhecimento e na transformação social” (SAVIANI, 2008, p.259), esta abordagem busca desenvolver uma prática pedagógica que esteja comprometida com a formação crítica e emancipatória dos indivíduos e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao defender que “a escola deve ser um espaço de convivência democrática, que respeite a diversidade e promova a igualdade de oportunidades” (SAVIANI, 2008, p. 315), o autor a define enquanto um direito de todos que deve ser garantida pelo Estado, “que deve assegurar o acesso à educação de qualidade e a igualdade de oportunidades” (SAVIANI, 2008, p. 341). Necessário, portanto, desenvolver políticas públicas que promovam a educação como um direito social e que assegurem o acesso à educação de qualidade para todos os indivíduos.

Ao argumentar que a escola deve ser um espaço de “formação crítica e reflexiva, que permita aos alunos compreenderem a realidade em que vivem e se tornarem agentes de transformação social” (SAVIANI, 2008, p. 392), expõe a necessidade de desenvolver uma prática pedagógica que esteja comprometida com a formação crítica e emancipatória dos indivíduos.

Saviani enfatiza que “a história da educação no Brasil é marcada por contradições e desafios, mas também por lutas e conquistas, que apontam para a possibilidade de construção de uma educação mais democrática e emancipatória” (SAVIANI, 2008, p. 472).

Para enfrentar esses desafios, é preciso repensar a educação brasileira e buscar alternativas que garantam a qualidade do ensino e a formação integral dos alunos, levando em consideração as diferentes realidades e necessidades dos estudantes (SAVIANI, 2013, p. 415).

Isso implica investimentos na formação de professores, na elaboração de currículos adequados e na implementação de políticas públicas que garantam o acesso à educação para todos os brasileiros. Apesar das dificuldades, é fundamental continuar lutando por uma educação de qualidade, capaz de garantir a formação integral dos alunos e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Como afirma Saviani, “a educação é um direito de todos e um dever do Estado, que deve garantir a sua oferta e a sua qualidade, de modo a contribuir para o desenvolvimento pleno da pessoa humana e para a transformação da sociedade” (SAVIANI, 2013, p. 438).

Dentre esses desafios, encontra-se o da alfabetização para todos, sendo um direito a ser garantido por contribuir com o desenvolvimento pleno da pessoa humana.

2.2 O Desafio Da Alfabetização Como Ato Político

A alfabetização como ato político implica reconhecer que o acesso à educação e à leitura e escrita é um direito fundamental de todos os cidadãos. Nesse sentido, Saviani destaca que a alfabetização vai além do mero aprendizado de habilidades técnicas; é uma prática política que envolve questões de poder, igualdade e emancipação social (SAVIANI, 2003).

A obra “Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações” de Dermeval Saviani aborda o processo de alfabetização dentro da perspectiva da pedagogia histórico-crítica. Segundo Saviani, a alfabetização é vista como um momento crucial na formação do indivíduo, pois é através dela que se adquire o domínio da leitura e escrita, habilidades fundamentais para o acesso ao conhecimento e ao exercício pleno da cidadania (SAVIANI, 2003).

Um dos desafios da alfabetização como ato político está relacionado à desigualdade social e à exclusão educacional. Saviani argumenta que as condições socioeconômicas, a falta de acesso a recursos educacionais adequados e a discriminação são obstáculos que perpetuam a marginalização de certos grupos e dificultam sua plena participação na sociedade (SAVIANI, 2003). Como bem afirma Frade (2020, p. 60):

Há processos sociais que explicam a presença/ausência da alfabetização em cada contexto. Considero que a alfabetização e o analfabetismo se explicam por aspectos multifatoriais, escolares e não escolares. Assim, não podemos isolar a alfabetização dos aspectos ideológicos e políticos. Buscando escapar do mito da alfabetização que a considera como uma variável independente e como preditora do desenvolvimento da sociedade, temos que sair da escola, dos livros e métodos para compreender melhor um conjunto de variáveis que, estando fora da escola, explicam índices de alfabetização e seu desenvolvimento na sociedade (FRADE, 2020, p. 60).

De acordo com Saviani, a alfabetização não deve ser compreendida como uma mera técnica de decodificação de palavras, mas sim como um processo que envolve a compreensão do mundo por meio da leitura e da escrita. Para ele, a alfabetização é um momento de mediação entre o indivíduo e a cultura, proporcionando a apropriação dos instrumentos simbólicos necessários para a participação ativa na sociedade (SAVIANI, 2003). Nesta perspectiva Pereira et al (2020, p. 10) afirmam que:

O tradicional conceito de alfabetização, em que os alunos deveriam dominar as habilidades de leitura e escrita de forma mecânica, sem a preocupação com a capacidade de interpretar, compreender, criticar; se contrapõe ao letramento e que este apresenta-se por meio de um processo em que o ensino da leitura e da escrita ocorre mediante ao contexto social e que essa aprendizagem passa ser significativa na vida dos alunos de maneira efetiva, ou seja. As habilidades adquiridas na escola passam a fazer parte das relações comunicativas dos indivíduos. Nesta direção é importante que o educador saiba que quando a alfabetização deve ser trabalhada com as crianças de forma que elas se apropriem da leitura e da escrita de forma natural, pois não basta que a criança esteja convivendo com muito material escrito, é preciso que a mesma seja orientada sistematicamente e progressivamente para uma apropriação do sistema de escrita de forma coerente (PEREIRA et al, 2020, p. 10).

Além disso, a alfabetização como ato político envolve a luta por uma educação de qualidade e inclusiva. É importante realizar uma pedagogia crítica, que estimule a reflexão, o pensamento autônomo e a capacidade de análise dos alunos, permitindo-lhes compreender as estruturas de poder presentes na sociedade e agir de forma consciente e transformadora (SAVIANI, 2003).

Outro desafio da alfabetização como ato político é enfrentar a influência das ideologias dominantes no processo educacional. Saviani ressalta que é necessário questionar as visões hegemônicas de conhecimento e promover a pluralidade de perspectivas, garantindo a formação de cidadãos críticos e capazes de exercer sua cidadania de forma ativa (SAVIANI, 2003).

A garantia de recursos adequados e investimentos na educação é um desafio crucial para a alfabetização como ato político. Saviani defende a necessidade de políticas públicas eficazes que priorizem a educação, proporcionando condições adequadas de aprendizado, formação de professores qualificados e acesso a materiais didáticos e bibliotecas (SAVIANI, 2003).

Por fim, a alfabetização como ato político requer a participação ativa da sociedade civil na defesa do direito à educação. Destaca-se a importância do engajamento de movimentos sociais, organizações não governamentais e comunidades locais na luta por uma educação inclusiva e de qualidade, promovendo assim a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (SAVIANI, 2003).

3. ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO “ENTRE LAÇOS”: APROXIMAÇÕES COM OS DOCUMENTOS OFICIAIS E NECESSIDADE DE SUPERAÇÃO

Neste capítulo, será apresentada uma análise crítica da obra "Entre Laços" e seu alinhamento e afastamento aos documentos oficiais PNA e BNCC, bem como as incongruências apresentadas nos mesmos. Além disso, será abordado o direito à educação e a necessidade de superação do tecnicismo por um viés historicamente crítico, numa dialógica multifacetada do construtivismo-interacionismo e do sociointeracionismo .

3.1 Obra Entre Laços: Apresentação Alinhamento aos Documentos Oficiais e necessidade de superação

O livro didático “Entre Laços, Língua Portuguesa” publicado pela editora FTD é uma obra destinada ao primeiro ano do Ensino Fundamental e tem como objetivo promover a alfabetização e a literacia dos alunos de forma lúdica e interativa. Como explicitam as autoras Demasi e Hülle (2021, p. 05): “Esta coleção se propõe a contemplar o processo de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa, reconhecendo a centralidade da apreensão da língua materna na aquisição de entendimento dos demais componentes, em diferentes áreas do conhecimento” (DEMASI; HÜLLE, 2021, p. 05). A imagem 1 apresenta a capa do livro “Entre Laços”.

Imagem 1 – Capa da obra “Entre Laços”



Fonte: Demasi e Hülle (2021)

O livro é organizado em quatro unidades que abordam temas relacionados ao cotidiano dos alunos, como a família, os animais, a escola e as brincadeiras. Cada unidade apresenta uma história que serve de ponto de partida para o desenvolvimento das atividades apresentadas. Sobre a proposta da obra as autoras enfatizam a importância de estar alinhada às habilidades e competências contidas na BNCC e PNA como afirmam Demasi e Hülle (2021, p. 05):

O ensino da língua materna sustenta-se em um processo de alfabetização com base em evidências científicas. A proposta fundamenta-se na mobilização e na aplicação de conhecimentos pertinentes aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com base em duas referências fundamentais. De um lado, estão os conhecimentos, as habilidades e as competências explicitados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que visa à formação humana integral dos alunos, garantindo as aprendizagens essenciais a que todos têm direito. De outro, estão a alfabetização e a literacia apresentadas pela Política Nacional de Alfabetização (PNA), que busca elevar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo no Brasil (DEMASI; HÜLLE, 2021, p. 05).

Além das histórias, o livro apresenta ilustrações coloridas e atividades diversificadas, como jogos, desenhos, recortes e colagens. Essas atividades têm como objetivo estimular o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos (DEMASI; HÜLLE, 2021).

O livro apresenta uma abordagem integrada da Língua Portuguesa, trabalhando as habilidades de leitura, escrita, oralidade e compreensão linguística de forma articulada. O material é dividido em nove unidades temáticas: “Aqui Tem Brincadeiras e Parlendas”, “Vamos Fazer Convites Para Brincar”, “Bilhetes Por Todos Os Lugares”, “Muitas Fábulas”, “Construindo Brinquedos” (DEMASI; HÜLLE, 2021, p. VII, IX).

No tocante ao desenvolvimento cognitivo proporcionado pela leitura de fábulas presentes na obra, as autoras Demasi; Hülle (2021, p. 222) destacam que:

... [o] foco desta unidade é o gênero textual fábula. Constituídas como histórias curtas, as fábulas são pequenas narrativas em que as personagens são animais cujos comportamentos e personalidades (bons, maus, egoístas, altruístas, inteligentes, tolos, espertos, vingativos, inocentes, gulosos, ardilosos) encontram correspondências nas atitudes humanas. São pré-requisitos os conhecimentos prévios sobre as fábulas para estabelecer expectativas em relação ao gênero textual e identificar sua função social, sua organização e seu conteúdo. Uma das principais características das fábulas é a presença de um ensinamento, implícito ou explícito, no final da narrativa (DEMASI; HÜLLE, 2021, p. 222).

A unidade atende à necessidade de diversificação do tipos de leitura, nas palavras das autoras Demasi e Hülle (2021, p. 222) “por meio da leitura das diversas fábulas apresentadas na unidade, os alunos poderão reconhecer as características desse gênero (como a estrutura composta de uma situação inicial, um conflito, o desfecho” bem como “o ensinamento; os tempos verbais; os diálogos, entre outras), utilizar as habilidades de leitura para compreender a história, identificar o ensinamento da fábula e transferir o aprendizado para o dia a dia” de forma que:

Proporcionar o momento da leitura na rotina escolar desenvolve gradativamente nos alunos o hábito de ler, levando-os a descobrir a literatura como possibilidade de fruição estética. Promover rodas de conversa para comentarem os livros escolhidos e lidos no decorrer da semana desenvolve a prática oral e também desperta curiosidade por novas leituras. Dessa forma, os alunos vão descobrindo o gosto por determinados autores e/ou gêneros e tornam-se capazes de fazer suas escolhas e comentá-las. A PNA tem como um de seus componentes a fluência em leitura oral, que é a habilidade de ler um texto com velocidade, precisão e prosódia (DEMASI; HÜLLE, 2021, p. XXII).

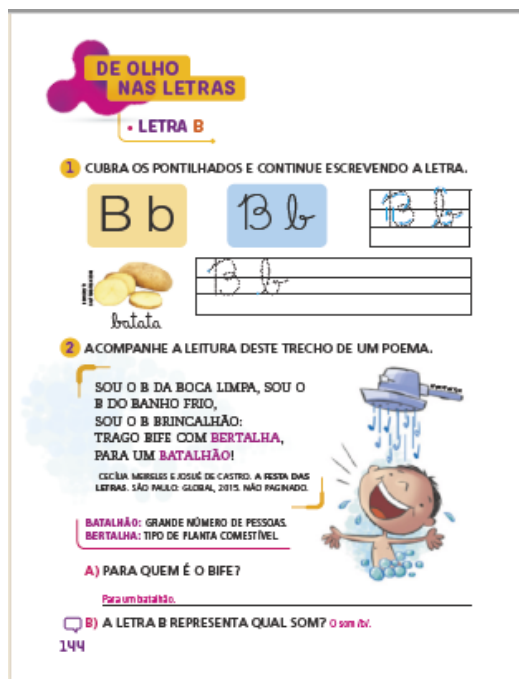
Segundo Demasi e Hülle (2021) a proposta de produção escrita está alinhada à alfabetização e literacia contidas na PNA, e, no que tange à habilidade de produção de escrita, entende-a como “capacidade de escrever palavras e produzir textos, em um movimento gradativo e progressivo de produção na medida que se consolida” a alfabetização e progride na literacia. “A escrita ajuda a reforçar a consciência fonológica e fonêmica e o conhecimento alfabético, ao mesmo tempo que abre portas para entender os gêneros textuais e suas tipologias” (DEMASI; HÜLLE, 2021, p. XXVI).

O conteúdo do livro de acordo com Demasi e Hülle (2021) é apresentado com ilustrações e imagens na compreensão dos temas abordados. Mais adiante, o livro traz informações para os professores sobre a abordagem pedagógica adotada e sugestões de avaliação das habilidades trabalhadas em cada unidade (DEMASI; HÜLLE, 2021). Apesar de anunciar propostas de atividades de leitura e escrita que buscam desenvolver habilidades e competências específicas, como a compreensão de textos, a produção textual e o desenvolvimento da oralidade, com sugestões de leituras complementares que podem ser exploradas em sala de aula ou em casa, contemplando gêneros textuais como poesia, contos, fábulas e histórias em quadrinhos.

Conforme a perspectiva teórica dos estudos científicos dos autores que se posicionam criticamente, podemos defender que o conteúdo do livro não apresenta uma abordagem consistente, além de não considerar as questões socio-históricas brasileiras, a Política Nacional de Alfabetização (PNA) foca o caminho da alfabetização apenas ao ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético, negligenciando o processo de aprendizagem e desenvolvimento como um todo.

Percebe-se também que o alinhamento à PNA e à BNCC, ainda que um documento complemente o outro, reiteram nas práticas de cada lição um reducionismo às habilidades técnicas, e corre o risco de criar sujeitos passivos que não conseguem manifestar pela palavra suas próprias ideias de maneira transformadora, o que acaba resultando na formação de leitores mecânicos, com capacidades limitadas de compreensão e expressão.

Imagem 2 – Atividade da obra Entre laços que reforça o uso do método fônico



Fonte: Demasi e Hülle (2021, p. 144).

A imagem 2 ilustra um exemplo de atividade que prioriza o método fônico contida no livro “Entre laços”. A crítica lançada não é sobre a habilidade de reconhecer os fonemas, mas, de restringir o processo de alfabetização a esses caminhos de marcha sintética. Iniciando de partes até chegar, quem sabe, ao final do livro, produzindo frases e textos, na contramão da proposta freireana de leitura do mundo e do processo de escrita da psicogênese da língua escrita que busca consolidar a perspectiva semiótica de Vygotsky e de outros autores de que a criança vivencia os processos de aprendizagem e desenvolvimento da língua escrita desde bem cedo (FERREIRO, 1999).

3.2 A Obra Entre Laços e o Direito à Educação

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, estabelece o direito à educação como um direito fundamental. O artigo 205 da Constituição declara que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

A Constituição de 1988 também inclui outros dispositivos relacionados ao direito à educação, tais como (BRASIL, 1988):

- a) Universalidade e igualdade de acesso: O artigo 206 estabelece que o ensino será ministrado com base em igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, garantindo a universalização do ensino obrigatório;
- b) Gratuidade do ensino público: O artigo 206 também determina que o ensino público será gratuito em estabelecimentos oficiais;
- c) Gestão democrática do ensino: O artigo 206 prevê a gestão democrática do ensino público, assegurando a participação da comunidade escolar (alunos, professores, funcionários e pais) na elaboração do projeto pedagógico da escola.
- d) Valorização dos profissionais da educação: O artigo 206 destaca a valorização dos profissionais da educação, assegurando planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional.

Além desses dispositivos, a Constituição também estabelece a competência compartilhada entre União, Estados, Distrito Federal e municípios na oferta e organização dos sistemas de ensino, garantindo a autonomia e a colaboração entre essas esferas. Vale ressaltar que a Constituição de 1988 é um documento fundamental para a legislação e regulamentação educacional no Brasil, sendo complementada por leis específicas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que estabelece as diretrizes gerais para a educação no país (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996).

Ao priorizar um método sintético como o fônico e alinhar-se à uma Política Nacional de Alfabetização reducionista às questões tecnicistas, que foca na decodificação das palavras e que acaba por negligenciar a produção e compreensão do texto e contexto ao longo do processo de alfabetização, a obra “Entre Laços” apresenta uma problemática relacionada a esse princípio fundamental do direito pleno à educação previsto na Constituição Federal. Alguns críticos argumentam que, ao se concentrar exclusivamente nos sons das letras, o método fônico pode não fornecer aos alunos o contexto necessário para entender o significado das palavras e a interpretação do texto, prejudicando assim o processo de aprendizagem. Além disso, a pronúncia das palavras pode variar em diferentes dialetos ou sotaques, o que pode tornar o método fônico menos eficaz para alguns alunos (BRASIL, 1988).

Neste mesmo sentido, o direito ao acesso à educação especialmente à alfabetização é descrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), definindo a educação básica como um direito de todos, devendo ter como finalidades o desenvolvimento integral do

educando. Destaca-se que o ensino fundamental, etapa que inclui o processo de alfabetização, deve garantir a todos os alunos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo, considerando-os instrumentos essenciais para o exercício da cidadania (BRASIL, 1996).

O método fônico pode não levar em consideração, por si só, as necessidades individuais dos educandos, nisso peca, pois os alunos têm diferentes estilos de aprendizagem que podem se beneficiar de abordagens variadas, incluindo métodos visuais ou táteis, que podem não ser enfatizados no método fônico tradicional.

Imagem 3 – Atividade da obra “Entre laços” que reforça o uso da fluência silábica

3 LEIA AS SÍLABAS A SEGUIR EM VOZ ALTA, O MAIS RÁPIDO QUE PUDER.

A) ESCREVA NOS QUADRINHOS AS SÍLABAS LIGADAS ÀS IMAGENS.
 • DEPOIS, LEIA O QUE ESCREVEU. BOTE A BOTA NO BOTE E TIRE O POTE DO BOTE.

B) VOCÊ ESCREVEU UM TRAVA-LÍNGUA.
 • PARA QUE SERVE UM TRAVA-LÍNGUA? Espera-se que os alunos respondam que o trava-língua serve para divertir e criar uma competição para ver quem consegue repetir rapidamente sem trocar os sons.

C) ESCREVA O TRAVA-LÍNGUA EM UMA FOLHA AVULSA. DEPOIS, RECITE O TRAVA-LÍNGUA PARA OS COLEGAS.
Bote a bota no bote e tire o pote do bote.

154

Fonte: Demasi e Hülle (2021, p. 154)

A PNA posiciona-se a favor do método fônico, mas todo o texto se baseia na ciência cognitiva da leitura como uma abordagem mais robusta para a aprendizagem e o ensino da leitura e escrita de indicação de uma marcha sintética restrita à sonoridade das sílabas e das palavras. Percebe-se também que, ao concentrar sua abordagem na literacia, e limitar-se à uma possibilidade metodológica sintética, a obra Entre Laços alinha-se à sua proposta de literacia familiar que reitera a desigualdade nas condições de acesso, desenvolvimento e de recursos,

pois nem todas as famílias têm acesso a recursos educacionais e oportunidades que promovam tais práticas de literacia familiar, o que pode resultar em disparidades no desenvolvimento da alfabetização entre as crianças de diferentes origens socioeconômicas. Em alguns casos, a literacia familiar pode criar pressão adicional sobre as crianças e as famílias. Isso pode acontecer quando as expectativas dos pais são muito altas ou quando a aprendizagem se torna excessivamente estruturada e privada de aspectos lúdicos.

Segundo a Revista Teias (2022), a autora Morttati (2010) relata que uma política educacional quando ignora a aprendizagem construída historicamente, regride-se na melhoria dos resultados e ao confronto real das questões educacionais. Não há dúvida de que vivemos uma disfunção da política educacional no Brasil, processo que, infelizmente, continua notavelmente consistente para satisfazer os próprios interesses políticos e deixar de analisar os esforços e as lutas históricas das políticas públicas nos campos educacionais. Como não reconhecer nessas questões, as desigualdades entre os sujeitos e consequentemente as oportunidades de acesso e permanência aos meios socioculturais e econômicos (MORTATTI, 2010).

Ainda ressalta que as políticas educacionais muitas vezes levam à descontinuação constante de programas sem levar em consideração a participação e avaliação dos “sujeitos participantes”, se tornado o início das mudanças na forma de programas e na forma organizacional das instituições públicas responsáveis por implementá-los (MORTATTI, 2010).

Com base no parecer, qualquer ação voltada para a alfabetização de crianças dos anos iniciais do ensino fundamental precisa considerar os conhecimentos teóricos e metodológicos construídos e adquiridos ao longo dos anos por diferentes grupos de educadores e pesquisadores, e tratá-los em conjunto, não isoladamente, como emergem na atual Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019).

A BNCC tem caráter normativo e estabelece uma obrigatoriedade no que diz respeito a orientar os elementos de aprendizagem que precisam ser conquistados por todos os estudantes da Educação Básica, conforme o que é explicitado no parágrafo primeiro da Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, ao dizer que a base “[...] define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças, jovens e adultos no âmbito da Educação Básica escolar, e orientam sua implementação pelos sistemas de ensino das diferentes instâncias federativas, bem como pelas instituições ou redes escolares” (PROENÇA; ALMEIDA, 2022).

Ao contrário dessa perspectiva da BNCC, a PNA (Plano Nacional de Alfabetização) adota uma abordagem reducionista em relação à educação, ao sujeito e à formação humana,

bem como em relação à ciência e à pesquisa científica. Essa postura nega a legislação nacional mais democrática e impõe uma única maneira de interpretar o fenômeno da alfabetização. Por exemplo, no histórico e nos marcos normativos apresentados pela PNA em 2019, há referências a relatórios de alfabetização infantil (2003) e aprendizagem infantil (2011) que mencionam exclusivamente a visão da psicologia cognitiva, uma concepção defendida pela política, ignorando numerosos outros estudos que contextualizam os problemas de alfabetização no Brasil, especialmente em relação às desigualdades sociais e econômicas que têm um impacto direto na aprendizagem (BRASIL, 2019).

É importante destacar que todo esse movimento gerou uma ampla discussão no cenário educacional sobre as concepções de infância, os direitos das crianças e a necessidade de se pensar um processo educativo que respeitasse as crianças como sujeitos e não apenas como meras reprodutoras de tarefas escolares, mecânicas e desvinculadas de suas necessidades de desenvolvimento e aprendizagem. O parecer ainda destaca que a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018a), resultado de várias discussões em diferentes contextos no Brasil, e considera esses aspectos e constrói um documento para a Educação Infantil que sinaliza a importância de se pensar num processo de transição para o Ensino Fundamental que não ignore os marcos infantis (BRASIL, 2018).

De acordo com a análise comparativa entre as orientações pedagógicas para a Alfabetização e Língua Portuguesa, apresentada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e na Política Nacional de Alfabetização (PNA), observa-se que estudos são importantes no campo da alfabetização, mas nem sempre alguns conceitos falam de forma direta e simples.

Imagem 4 – Atividade da obra “Entre laços”

PALAVRAS EM AÇÃO
• PALAVRAS INICIADAS COM H

- LEIA A PALAVRA HÓSPEDE EM VOZ ALTA.
• A LETRA H NESSA PALAVRA REPRESENTA ALGUM SOM?
RHS.
- COM UM COLEGA, PESQUISEM E COPIEM A SEGUIR PALAVRAS INICIADAS COM H.
Resposta pessoal.
- NESSAS PALAVRAS, AS LETRAS QUE APARECEM DEPOIS DE H SÃO:
☐ CONSOANTES. ☒ VOGAIS.
- LEIA A LISTA DE PALAVRAS INICIADAS COM H QUE O PROFESSOR ESCREVEU NA LOUSA.
• ESCREVA QUAIS DESSAS PALAVRAS COMEÇAM COM:
HA Resposta pessoal.
HE Resposta pessoal.
HI Resposta pessoal.
HO Resposta pessoal.
HU Resposta pessoal.

208

Fonte: Demasi e Hülle (2021, p. 208)

A argumentação se concentra em apresentar evidências da ciência cognitiva como a única perspectiva válida. Essa abordagem está centrada em aspectos meramente linguísticos e cognitivos envolvidos na aprendizagem da leitura e escrita. Essa ênfase pode ser observada quando o documento menciona relatórios e estudos que adotam apenas uma abordagem e argumenta que essas produções são cientificamente embasadas, desconsiderando o amplo campo de pesquisa em educação no Brasil e no mundo (CENPEC, 2021).

Sendo assim a obra “Entre Laços” ao seguir as diretrizes da PNA, acaba por seguir o método, que como já exposto, no contexto educacional brasileiro tende a desfavorecer os alunos devido às limitações à uma questão tecnicista e metodológica já superada na área da história da alfabetização. É importante considerar uma diversidade de conhecimento para a produção de novos conhecimentos e é salutar para objetos de conhecimento complexos e multifacetados. No entanto, a PNA, apesar de ser complementada com a BNCC, reúne uma parte fragmentada da diversidade cultural. Saviani (2021) defende que não há avanços sem construções filosóficas, ciências e artes como referências de lutas históricas (SAVIANI, 2021).

Assim, a primazia das evidências científicas sobre os aspectos cognitivos e do método fônico presentes na PNA ressoam na obra “Entre Laços”, que traz a definição de que existe o foco “na alfabetização, processo de ensino das habilidades de leitura e de escrita de um sistema alfabético. Isso significa promover aos estudantes a aquisição do sistema escrito, isto é, desenvolver habilidades de decodificação (leitura) e de codificação (escrita) do alfabeto”.

O livro não apresenta o termo letramento e, em consonância com a PNA, traz a literacia, ao considerar que “o processo deve respeitar o ritmo de cada aluno no que se refere ao desenvolvimento da literacia, bem como a mera consciência fonológica e o reconhecimento dos sons letras (DEMASI; HÜLLE, 2021, p. 05).

Neste sentido, Magda Soares (2022) aborda a importância da alfabetização e do letramento no processo de aprendizagem, destacando que “a consciência fonológica e a consciência fonêmica são despertadas dentro do contexto do letramento” (SOARES, 2022, p. 38) Além disso, ressalta que os eventos do letramento proporcionam as bases necessárias para o desenvolvimento de habilidades psicolinguísticas, cognitivas, sociais e emocionais, permitindo o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade e ampliando as oportunidades de comunicação e participação na sociedade.

Assim, a autora Soares (2022) enfatiza “a função sociointerativa da linguagem”, destacando que “o texto é o elemento central da alfabetização, pois é por meio dos textos que interagimos na língua, seja falando, escrevendo, ouvindo ou lendo”. (SOARES, 2022, p. 34) A

metáfora do quebra-cabeça com duas peças distintas que se completam são mencionadas nas imagens 5 e 6 na obra *Alfalettrar* (SOARES, 2022).

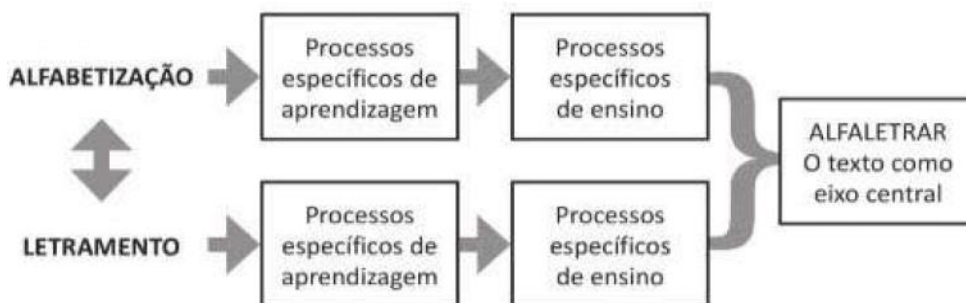
Imagem 5 – Letramento e Alfabetização como peças de um quebra cabeça.



Fonte: Soares (2022, p. 37)

Além disso, o letramento como uma prática ampla dos usos da leitura e escrita vai além da mera decodificação de palavras, envolvendo a compreensão crítica e reflexiva dos textos. O letramento permite aos indivíduos interpretar e produzir textos, desenvolvendo a capacidade de expressão e argumentação, o pensamento crítico e a autonomia intelectual. Dessa forma, a alfabetização e o letramento são ferramentas essenciais para o desenvolvimento integral dos alunos, contribuindo para a formação de cidadãos ativos, participativos e capazes de lidar com os desafios do mundo contemporâneo.

Imagem 6 – Processo de aprendizagem “Alfaletrar” por Magda Soares



Fonte: Soares (2022, p. 37)

Assim, nos estudos da pesquisadora Magda Soares, a partir de cada faceta há um processo específico de aprendizagem e do desenvolvimento da criança. Segundo Soares (2019, p. 33) “o todo só pode ser compreendido se cada uma das partes for compreendida”. No entanto, a implementação da BNCC apresenta desafios significativos. Um dos principais desafios está na adequação dos currículos das redes de ensino e na formação dos professores, para que estejam alinhados com as orientações do documento. Além disso, é necessário considerar as especificidades regionais e locais, garantindo a flexibilidade da BNCC para atender às demandas e contextos específicos de cada realidade educacional (BRASIL, 2018).

Por sua vez, a BNCC (2018), sendo um documento que tenta enquadrar e normatizar nas escolas, estabelece quais conhecimentos, competências e habilidades que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica. Ela orienta a construção dos currículos das redes de ensino, mas fornece referências pouco claras e de certa forma contraditórias e desafiadoras. O docente precisa ter um olhar sensível quanto à forma de utilizá-la para não engessar as práticas pedagógicas (BRASIL, 2018).

Outro desafio é assegurar que a implementação da BNCC vá além da mera transposição de conteúdos, promovendo uma abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento integral dos alunos. Isso implica em repensar práticas pedagógicas, metodologias de ensino e avaliação, valorizando a interdisciplinaridade, a contextualização e o protagonismo dos estudantes (BRASIL, 2018).

É importante destacar que, a implementação da BNCC demanda um esforço conjunto de gestores, professores, famílias e demais atores envolvidos no processo educativo. É necessário promover um diálogo constante, estimulando a participação e o engajamento de todos, para garantir uma educação de qualidade, inclusiva e que proporcione oportunidades

igualitárias para todos os estudantes. Isso requer um investimento contínuo na formação de professores, na disponibilização de recursos didáticos adequados e na criação de condições favoráveis para a aprendizagem.

Além dos desafios práticos, a implementação da BNCC também enfrenta resistências e desafios de natureza política e ideológica. Divergências sobre concepções educacionais, visões de mundo e interesses diversos podem influenciar a interpretação e a aplicação do documento, gerando debates e conflitos. É fundamental promover um ambiente de diálogo e construção coletiva, garantindo que as decisões sejam embasadas em evidências e no respeito às diferentes perspectivas.

Superar esses desafios requer um compromisso coletivo e contínuo com a melhoria da educação, buscando sempre o desenvolvimento integral e a formação cidadã dos estudantes. Os educadores(as) podem e devem desempenhar um papel fundamental na seleção e análise dos materiais utilizados em sala de aula. O livro didático como bem falamos anteriormente é uma das ferramentas, não é a única para o professor utilizar.

Magda Soares destaca a amplitude do letramento nas suas obras e ao ressaltar o poema que subjaz ao letramento, engloba as várias facetas de aprendizagens que são significativas no cotidiano social e escolar dos alunos, levando em consideração a importância do pleno desenvolvimento da formação democraticamente cidadã.

Por outro lado, o parecer comparativo entre as orientações pedagógicas para a Alfabetização e Língua Portuguesa, apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e na Política Nacional de Alfabetização (PNA) entende que o problema em questão, influencia de forma direta os aspectos sociais e compromete a alfabetização para todos. Nesse cenário camuflado, é necessário continuar com as pesquisas voltadas às ações que considerem as condições existenciais das desigualdades regionais, municipais e estaduais. Como também destaca a autora Kramer (2006, p.14) ao afirmar que:

Profissionais que trabalham na educação e no âmbito das políticas sociais voltadas à infância enfrentam imensos desafios: questões relativas à situação política e econômica e à pobreza das nossas populações, questões de natureza urbana e social, problemas específicos do campo educacional que, cada vez mais, assumem proporções graves e têm implicações sérias, exigindo respostas firmes e rápidas, nunca fáceis. Vivemos o paradoxo de possuir um conhecimento teórico complexo sobre a infância e de ter muita dificuldade para lidar com populações infantis (KRAMER, 2006, p. 14).

Conforme a autora Kramer (2006) apresenta, existe um desafio na forma como os conteúdos são apresentados nos livros didáticos de língua portuguesa para crianças nos primeiros anos do ensino fundamental nas escolas públicas. O currículo pode ser muitas vezes

denso e apresentar conceitos complexos que podem ser difíceis de serem compreendidos por crianças nessa faixa etária.

Nessa fase as crianças têm o seu potencial, mas precisam evoluir progressivamente com o auxílio de um mediador. Tudo isso deve ser levado em conta ao elaborar os conteúdos e as atividades propostas. Nem todas as crianças se ajustam na forma de ensino que o livro didático quer consolidar.

3.3 Necessidade de superação do alinhamento da obra “Entre Laços” ao tecnicismo da PNA

Desde meados de 1964, Dermeval Saviani vem problematizando e desenvolvendo uma nova corrente pedagógica: a “Pedagogia Histórico-Crítica”. Para Saviani (2008) as pedagogias tradicionais, não críticas, liberais vem com propostas de uma pedagogia nova, representada pela “escolanovismo”, pela pedagogia tecnicista e pelas teorias crítico-reprodutivistas (SAVIANI, 2008).

Ao abordar as concepções pedagógicas, o autor desenvolve uma pedagogia que vai para além do que seria o ponto de equilíbrio entre todas, fazendo um apelo por uma educação universalmente plural. A revolucionária abordagem de Saviani (2008) ganha corpo de modo que (SAVIANI, 2008, p. 140-141):

[...] a expressão Histórico-Crítica traduzia de modo pertinente o que estava sendo pensado. Então a expressão “histórico-crítica, de certa forma, contrapunha-se a crítico-reprodutivista. É crítica como esta, mas diferentemente dela não é reprodutivista, mas enraizada na História. Foi assim que surgiu a expressão. A partir de 1964 adotei essa nomenclatura para a corrente pedagógica de que venho tentar desenvolver (SAVIANI, 2008, p. 140-141).

Saviani (2021) em sua obra a pedagogia no Brasil, especialmente ao longo do século XX, explica que o pensamento pedagógico foi atravessado por tendências contrapostas aos conflitos existenciais na sociedade e que levaram as disputas de hegemonia no campo educacional (SAVIANI, 2021).

O discurso era, então, disseminado quando os influenciadores ao elaborarem a própria pedagogia, como por exemplo, “pedagogia conservadora” versus “pedagogia progressista”. Se constituíam as pedagogias em ritmos de disputas. Cada uma fazia o seu próprio discurso para estabelecer o poder em um dado momento histórico, fomentando juntar novos admiradores às

suas ideologias políticas com propósitos voltados para meros resultados em vez de buscar a formação universal do ser humano histórico. (SAVIANI, 2021).

Saviani (2021) destaca a importância de exercermos cuidado ao julgar as concepções pedagógicas, a fim de evitar a indiferença neste processo. Não cabe a nós apoiá-las de um lado, assim como não cabe a nós ignorá-las do outro. Portanto, é essencial adotarmos um posicionamento teórico-histórico crítico e compreendermos que não existem verdades absolutas que tenham sido ou estejam sendo materializadas na divulgação de livros didáticos. Ainda esclarece que, o caminho das pedagogias não se ganha com disputas, mas sim com equilíbrio, a fim de assumirmos uma perspectiva ontológica voltada ao processo da transformação social-histórico, buscando movimentos contínuos e concretos da produção humana produzida ao longo da história (SAVIANI, 2021).

Apesar da Política Nacional de Alfabetização anunciar propostas de atividades de leitura e escrita que buscam desenvolver habilidades e competências específicas, como a compreensão de textos, a produção textual e o desenvolvimento da oralidade, com sugestões de leituras complementares que podem ser exploradas em sala de aula ou em casa, contemplando temas e gêneros textuais, como poesia, contos, fábulas e histórias em quadrinhos, observa-se um reducionismo às habilidades técnicas encontradas na PNA (BRASIL, 2019). E uma fragmentação em relação ao conteúdo da BNCC (BRASIL, 2018).

Por fim, o documento da PNA propõe um modelo de avaliação medindo capacidades de memorização ao ponto em que a criança precisa codificar e decodificar as palavras pelas leituras de textos em que se espera ler sessenta palavras em um minuto (BRASIL, 2019, p. 18):

Do ponto de vista operacional, alfabetizar é: no primeiro ano do ensino fundamental, ensinar explicitamente o princípio alfabético e as regras de decodificação e de codificação que concretizam o princípio alfabético na variante escrita da língua para habilitar crianças à leitura e soletração de palavras escritas à razão de 60 a 80 palavras por minuto com tolerância de no máximo 5% de erro na leitura (BRASIL, 2019, p. 18).

Em suma, para Soares (2019) os alfabetizadores necessitam conhecer profundamente as questões históricas da alfabetização, na perspectiva de chegar mais próximo da criança alfabetizada. A construção da cultura humana tem sido uma preocupação constante ao longo dos séculos, as formas de ensinar vão mudando ao longo do tempo, o retrocesso das políticas públicas. Cabe a importância de uma abordagem pedagógica que combine, por exemplo, o construtivismo com métodos pedagógicos eficazes e adaptativos, que possam ajudar os alunos a construir conhecimentos historicamente significativos que conceituam, problematizam e conheçam a si próprio no mundo e com o mundo (SOARES, 2019).

Segundo Magda Soares (2019), “ao longo da história o ato da leitura foi o objeto privilegiado da alfabetização, até mesmo nas definições de dicionários para termos relativos à alfabetização (cartilhas) atribui-se ao ato da leitura”, (SOARES, 2019, p. 25). Os professores têm buscado o método em questão de alfabeticamente ensinar (silábico, fônico, eclético, global) apesar de utilizar pequenos materiais e poucas páginas em livros, buscavam as tentativas de não falhar nos métodos de ensino da língua escrita ao ensinar a criança a ler e escrever. Conforme a autora “derivam das diferentes teorias sobre o objeto da alfabetização”. (SOARES, 2019, p.25).

Soares (2019) ainda destaca a importância do conhecimento linguístico tanto das abordagens construtivistas quanto de outras abordagens, por exemplo, sociointeracionistas. Essa última foi influenciada no início do século XX especificamente nos estudos de Vygotsky (1935) numa perspectiva semiótica e simbólica, outros autores deram continuidade nas suas pesquisas quanto à aprendizagem pela representação desta faceta, Soares (2019) destaca:

[...] Essa análise busca a pré-história da aprendizagem da escrita, para usar a expressão de Vygotsky, identificando os princípios que regem a construção de significados pelas crianças, quando lançam mão de uma multiplicidade de formas de representação, por meio de diferentes tipos de interação com o mundo - não só por meio da visão, como na escrita, ou na audição, como na fala, mas também por meio do tato, do olfato, do paladar e dos sentimentos. (SOARES, 2019, p.58 apud Vygotsky 1984:131 et al.)

Em consonância com as facetas apresentadas por Soares (2019), a abordagem sociointeracionista da aprendizagem permeia o contexto cultural, social e ambiental da criança. Considerando o conceito em Vygotsky das vivências que permeiam a cultura e o mundo da criança, são essenciais, uma vez que são concebidas por meio da influência direta da cultura em que estão inseridas. Essa abordagem possibilita que a criança utilize “signos e símbolos externos para representar objetos e eventos do mundo ao seu redor”. (SOARES, 2019, p. 57)

Um exemplo prático disso são “os jogos, os contos imaginários, os desenhos, os rabiscos, as brincadeiras e as interações que ocorrem na aprendizagem, e que são considerados na teoria Vygotskiana como a pré-história da linguagem escrita” (SOARES, 2019, p. 57) Nesse contexto, o professor desempenha um papel fundamental ao estimular a construção de significados e o desenvolvimento cognitivo das crianças. Através de sua mediação, o professor pode promover a interação entre os alunos, incentivando a troca de conhecimentos e a construção coletiva de significados, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades linguísticas e cognitivas das crianças.

Imagem 7 – Representação da Zona de Desenvolvimento Proximal

Do ponto de vista da criança, esse processo pode ser assim representado:



Fonte: Soares (2022, p. 54)

Com base nessa representação do ponto de vista da criança, a partir do nível de desenvolvimento cognitivo e linguístico que envolve as vivências culturais e sociais da criança, a orientação do professor é essencial para que o seu potencial avance a um nível maior de aprendizagem. (SOARES, 2022, p. 54)

Com base no desenho progressista, o interacionismo e o construtivismo, outros autores explicam o processo da seguinte forma:

[...] inovou no sentido de respeitar as ideias do aprendiz, de estar comprometido com um ensino significativo, capitalizando e utilizando o que o estudante já sabe, valorizando a aprendizagem em grupo, a aprendizagem cooperativa por perguntas ou investigação, identificando um importante papel pedagógico para a história e a filosofia da ciência, etc. (LABURÚ; CARVALHO; BATISTA, 2001, p. 153).

Partindo dos estudos das autoras Ferreiro e Teberosky (1999), compreende-se que o processo do construtivismo tem um marco teórico de referência ampla pela questão da adoção da psicologia humana do sujeito em desenvolvimento. Por suas perspectivas psicogenética no campo da alfabetização. Suas abordagens baseiam-se nas teorias construtivistas de Jean Piaget e na compreensão do desenvolvimento cognitivo das crianças durante o processo de aquisição da leitura e escrita. Elas enfatizam a importância de se reconhecer o conhecimento prévio e as hipóteses das crianças sobre a escrita, promovendo uma abordagem construtivista que valoriza a interação e a reflexão como formas de aprendizagem significativa. (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999).

Segundo Soares (2019, pp. 65-66) apud Ferreiro e Teberosky (1986) e especialmente as obras de Ferreiro (1985, 1986b, 1992) “o ponto de partida de toda aprendizagem é o próprio

sujeito” (SOARES, 2019, p. 66) que se evolui nas concepções infantis sobre o sistema de escrita permeando diferentes estágios:

- 1- Garatuja: São os traços iniciais da criança de grafismo não alfabéticos ou rabiscos que não representam as letras.
- 2- Pré-silábico: Nessa fase, a criança manipula a escrita com variedades de letras geralmente sem repetição e sem correspondência quanto a forma ou valor sonoro da palavra. Elas ainda utilizam rabiscos ou desenhos para representar suas ideias.
- 3- Silábico: Nesse estágio, as crianças começam aleatoriamente representar uma sílaba escrevendo naturalmente uma letra sem fazer associação com as propriedades sonoras da sílaba, geralmente usam letras com valor sonoro de um dos sons da sílaba.
- 4- Silábico-alfabético: Nessa fase, as crianças combinam elementos silábicos e alfabéticos em suas escritas. Elas demonstram uma maior compreensão das relações entre sons e letras, mas ainda podem cometer erros ortográficos.
- 5- Alfabético: Nesse estágio, as crianças reconhecem as relações entre letras e sons e dominam as convenções ortográficas básicas. Elas conseguem ler e escrever de forma mais convencional. Segundo Ferreiro e Teberosky (1986:213; ênfase acrescentada), neste estágio, a compreensão do sistema da escrita chega ao final desta evolução e outras dificuldades relacionadas a ortografia aparecem. (SOARES, 2019, p. 65- 66)

As atividades durante o processo de aprendizagem devem atender toda a turma quando as diferenças de estágios são pequenas e específicas para grupos de alunos com níveis semelhantes, de modo que possam colaborar uns com os outros, em agrupamentos produtivos (SOARES, 2022, p. 115), como representado na imagem 7 e abaixo na imagem 8.

Segundo Soares (2019) apud Ferreiro e Teberosky, os estágios de desenvolvimento da criança representam cientificamente “a apropriação do conhecimento” que já existe na criança “e não uma aprendizagem técnica” propriamente dita:

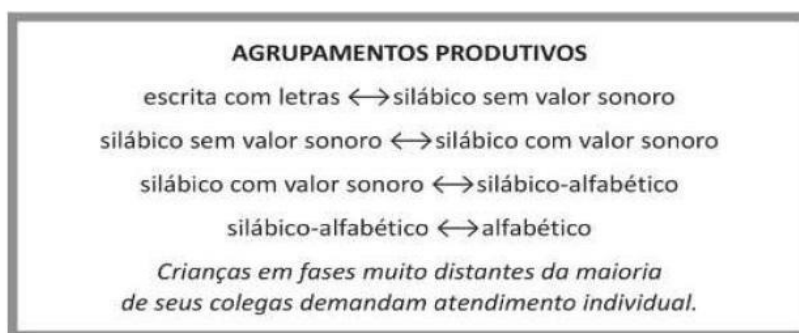
Dizemos apropriação de conhecimento e não aprendizagem de uma técnica contudo o que essa apropriação significa aqui como em qualquer outro domínio da atividade cognitiva: um processo ativo de **reconstrução** por parte do sujeito que não pode se apropriar verdadeiramente de um conhecimento senão quando compreendeu seu **modo de produção**, quer dizer, quando o reconstituiu internamente Ferreiro e Teberosky (1986: 275) (SOARES, 2019, p.66).

Esse fato é inerente à aquisição da oralidade e escrita enquanto objeto do conhecimento, o que esclarece a pertinência de Jean Piaget conforme Ferreiro e Teberosky (1999, p. 29):

O sujeito que conhecemos através da teoria de Piaget é aquele que procura ativamente compreender o mundo que o rodeia e trata de resolver as interrogações que este mundo provoca não é um sujeito o qual espera que alguém que possui um conhecimento o transmita a ele por um ato de benevolência é um sujeito que aprende basicamente através das suas próprias ações sobre os objetos do mundo e que constroem suas próprias categorias de pensamento ao mesmo tempo que organiza seu mundo (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.29).

Cientificamente, de acordo Ferreiro e Teberosky (1999) ao observar o processo de aprendizagem do ponto de vista do sujeito que aprende (aluno) aquilo que antes era considerado erro passa a ser visto como um sinalizador de como o sujeito está pensando e construindo o seu conhecimento. Conforme as autoras afirmam “a presença das letras por si só não é condição suficiente para que algo posso ser lido; seja por ter poucas letras ou por haver um número suficiente, mas todas repetidas, também não é possível realizar a leitura” (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 43). Dessa forma, o foco é direcionado para a compreensão de que a escrita vai além da simples presença das letras, exigindo o entendimento da combinação e organização das mesmas para que a leitura seja efetiva.

Imagem 8 – Agrupamentos produtivos



Fonte: Soares (2019, p. 342)

Magda Soares (2019) explora a aprendizagem com base nos conceitos de Vygotsky, nos quais a criança “progressivamente reconhece o objeto cultural com funções sociais incorporadas em práticas materializadas por meio de um sistema de símbolos, desde as características mais elementares”. Através desse processo, a criança vai construindo o seu próprio conhecimento, ao mesmo tempo em que adquire experiências com os objetos associados à escrita por meio das interações familiares (SOARES, 2019 p.342).

De acordo com várias perspectivas, as autoras Ferreiro e Teberosky (1999) explicam que o erro em uma estruturação equivocada, quando construída, reflete diretamente na construção de conhecimento do aprendiz. Segundo a teoria científica de Piaget, destacada pelas autoras, “a concepção de aprendizagem da criança, mesmo que ocorra por meio de métodos, envolve processos de aprendizagem que não dependem exclusivamente deles, mas são resultados da própria atividade do sujeito”. (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 31) Embora

não tenham criado um método de alfabetização, elas buscaram explicar como ocorre a psicogênese da língua escrita. Consolidando também a perspectiva semiótica de Vygotsky e de outros autores, que afirmam que a criança vivencia os processos de aprendizagem e desenvolvimento da língua escrita desde muito cedo (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999).

Imagem 9 – Trecho da obra “Alfaletrar” de Magda Soares



O que essas “escritas” revelam?

- Gabriela revela que ainda não está segura da diferença entre desenho e escrita: produz rabiscos que se aproximam de desenhos (fase que pode ser considerada como **icônica**), sem semelhança com os traços retos e curvos das letras; também ainda não percebeu a linearidade da escrita.
- Otávio parece já compreender a linearidade da escrita e usa algumas formas que lembram letras. Na tentativa de escrita da palavra luva e, sobretudo, da palavra pá, parece imitar a letra cursiva, que as crianças veem, com frequência, ser usada por adultos.

Fonte: Soares (2022, p. 62)

Em função das mudanças e das organizações do sistema de ensino, políticas públicas frágeis, conflitos e lacunas na estrutura da educação infantil, surgem desafios na transição da educação infantil para os anos iniciais da alfabetização. Apesar dos educadores receberem conhecimento teórico linguístico e cognitivo, essa transição também envolve a superação de desigualdades sociais. Segundo Soares (2019, p. 343), a aprendizagem é um processo no qual a criança evolui independentemente do tempo e idade, não podendo ser definida por uma série de questões sociais e políticas, como afirma a autora que:

[...]No entanto demonstra a fragilidade dessa vinculação o fato de que a divisão do sistema de ensino em segmentos a idade de entrada nele e o tempo determinado para que nele se inicie se complete alfabetização modificam-se ao longo do tempo

basicamente em função de possibilidades econômicas e consequentes políticas educacionais não propriamente em função dos processos cognitivos e linguísticos de desenvolvimento e aprendizagem da língua escrita pela criança. (SOARES, 2019, p. 343).

É importante ressaltar que a educação infantil versus preparar, seria mais um ato simplista. Faria (2005, p. 136) mostra que as crianças podem se expressar “sem usar a palavra, sem a escrita”, valorizando a tridimensionalidade das coisas e estando no espaço. De acordo com essa tendência, professores e práticas de creches e pré-escolas não devem focar em conteúdos de aprendizagem (FARIA, 2005, p. 136).

Antes de se iniciar o processo formal de alfabetização, a criança pode e deve aprender certas habilidades que serão importantes na aprendizagem da leitura e da escrita e terão papel determinante em sua trajetória escolar. A isso se costuma chamar **literacia emergente**, que constitui o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à leitura e à escrita, desenvolvidos antes da alfabetização. (BRASIL, 2019, p. 22).

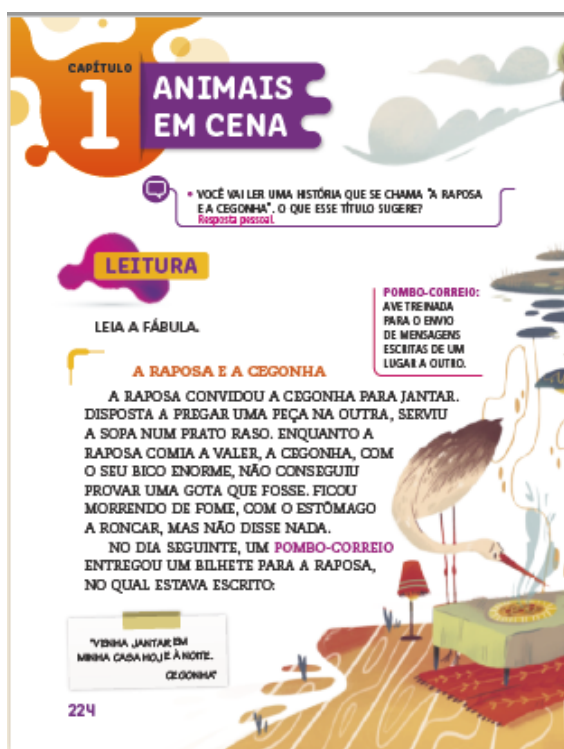
Embora a literacia emergente abranja aspectos, que de certa forma incluem a consciência fonológica, o conhecimento de letras e palavras, o vocabulário, a compreensão de histórias, as habilidades de escrita e o interesse pela leitura. Os pais podem considerar as tentativas espontâneas da apropriação do saber próprio da criança para que o seu potencial seja pleno e saudável. É fundamental, neste sentido, refletir que na alfabetização PNA, uma parte considerável da aprendizagem corresponda aos anseios da Marcha Sintética. Apesar de haver outras expectativas de aprendizagem, espera-se que as crianças desenvolvam a literacia e numeracia traçando letras e formas, caligrafia, relacionando fonemas à representação da escrita (BRASIL, 2019, p. 98).

[...] Trata-se de um processo intencional e ativo, desenvolvido mediante o emprego de estratégias de compreensão. Além do domínio dessas estratégias, também é importante que o aluno, à medida que avança na vida escolar, aprenda o vocabulário específico necessário para compreender textos cada vez mais complexos. A compreensão não resulta da decodificação. São processos independentes. Por isso é possível compreender sem ler, como também é possível ler sem compreender. A capacidade de decodificação, no entanto, é determinante para a aquisição de fluência em leitura e para a ampliação do vocabulário, fatores que estão diretamente relacionados com o desenvolvimento da compreensão [...]. (BRASIL, 2019b, p. 34).

De acordo com as pesquisas no campo da alfabetização, Albuquerque e Costa (2021) trazem perspectivas dialógicas que reportam à importância das pesquisas científicas para o leitor não cair nas leituras equivocadas e nos desajustes dos documentos em questão BNCC (2018) e PNA (2019) de limitar, padronizar e determinar o tempo para a criança ser alfabetizada, a partir da contagem cronológica de leitura por minuto, por exemplo, deixando de lado a

potência do letramento, da leitura de mundo e a elaboração de habilidades essenciais para a vida humana. Como subjaz a imagem 10 da obra “Entre laços” Demasi e Hulle (2021, p. 224).

Imagem 10- Atividade de fluência avaliativa do livro didático “Entre Laços”



Fonte: Demasi e Hülle (2021, p. 224).

Estima-se que esse texto, que tem mais de 160 palavras, possa ser lido em um tempo que vai de 2 a 3 minutos na leitura do texto completo. Observar-se os alunos levam mais tempo, o que indica ainda uma fluência insuficiente para o ano, ou se eles levam menos tempo do que o previsto. (DEMASI; HÜLLE, 2021, p. 224).

Conforme Ferreiro e Teberosky (1999) em seus estudos, observaram como a criança constrói e se apropria da linguagem escrita. As autoras demonstram de forma categórica que a escrita é um sistema de representação que é apropriado pelo sujeito por meio do contato espontâneo com a língua escrita, mediado por outros sujeitos e não um sistema isolado de código. Dessas observações, as autoras afirmam que “ler não é decifrar, escrever não é simplesmente copiar” e destacam que a aprendizagem da escrita ocorre de fato através da prática de escrever. (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 283). Na imagem 10, observa-se que a nova política acaba restringindo a visão sobre a alfabetização, reduzindo-a também a um processo mecânico de fluência.

A concepção da aprendizagem (entendida como um processo de obtenção de conhecimento inerente à psicologia genética supõe necessariamente que existam processos de aprendizagem do sujeito que não dependem dos métodos (processos que, poderíamos dizer, passam “através” dos métodos) O método (enquanto a ação específica do meio) pode ajustar ou frear, facilitar ou dificultar; porém, não pode criar aprendizagem. A obtenção de conhecimento é um resultado da própria atividade do sujeito. FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.31).

De acordo com Ferreiro e Teberosky (1999) existe um processo de aquisição de linguagem escrita que precede e excede os limites escolares. Sendo a escola apenas um dos espaços de aprendizagem da língua escrita. Embora todos os contatos e experiências vividas pela criança fazem parte da elaboração da sua construção, daí a importância das experiências vivenciadas pela criança dentro e fora da escola em suas fases de desenvolvimento. A perspectiva psicogenética de Ferreiro e Teberosky (1999) enfatizam que a alfabetização não é um processo mecânico de transmissão de conhecimentos, mas sim uma construção ativa realizada pela criança. Elas argumentam que as crianças constroem suas próprias hipóteses e concepções sobre a escrita ao interagir com o ambiente, os materiais de escrita e as práticas sociais relacionadas à linguagem escrita como afirma:

Não faremos pouco do problema do recorte da fala nos seus elementos mínimos(fonemas); porém o apresentaremos de maneira diferente: não se trata de ensinar as crianças fazer uma distinção, mas sim levá-las a se conscientizarem de uma diferença que já sabiam fazer. Em outras palavras: não se trata de transmitir um conhecimento que o sujeito não teria fora desse ato de transmissão, mas sim de fazê-lo cobrar a consciência de um conhecimento que o mesmo possui, mas sem ser consciente de possuí-lo. E o que estamos dizendo a respeito das oposições fonêmicas é válido para todos os outros aspectos da linguagem. (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 27)

Na perspectiva de Ferreiro e Teberosky (1999), construir conhecimentos como se fossem novos às crianças, não é o papel do professor. E pensar na concepção de escrita do livro analisado, é questionar as respostas prontas que não abrem caminhos e possibilidades de diálogos. Quando observamos a supervalorização ainda da caligrafia, dos pontinhos, da coordenação motora e da mesma grafia da palavra, dentre outros, silenciemos o letramento. Isso não promove situações de aprendizagem que estimulem a reflexão e a tomada de consciência dos educandos como já mencionados por várias referências de autores brasileiros.

Isso significa que é necessário criar contextos de aprendizagem que incentivem a reflexão e a conscientização das diferentes abordagens e concepções de alfabetização. Ou seja, é importante estimular a produção de textos em grupo, por meio de atividades como escrita compartilhada, produção coletiva de histórias e projetos de escrita colaborativa, e que se comprometa com as lições que buscam uma alfabetização mais contextualizada, significativa e que leve em consideração o universo e a realidade dos alunos como um todo.

Imagem 11- Atividade do livro didático “Entre Laços”

8 SEPARAR AS PALAVRAS COM UM TRAÇO COLORIDO.

SE ESTA RUA FOSSE MINHA.
CANÇÃO POPULAR.

ASSINALE A ALTERNATIVA QUE APRESENTA AS PALAVRAS DO VERSO.

A) ☐ SE ESTA RUA FOSSE LINDA.
 B) ☒ SE ESTA RUA FOSSE MINHA.
 C) ☐ SE ESTA RUA FOSSE CINZA.
 D) ☐ SE ESTA LUA FOSSE MINHA.

9 QUANTAS PALAVRAS TEM O VERSO DA ATIVIDADE ANTERIOR?

A) ☐ QUATRO
 B) ☒ CINCO
 C) ☐ SEIS
 D) ☐ SETE

10 ASSINALE A ALTERNATIVA QUE APRESENTA NOMES QUE COMEÇAM COM: HO, HE, HA, HI, HU.

ATENÇÃO
 OS NOMES PRECISAM SEGUIR A MESMA SEQUÊNCIA DAS SÍLABAS DESTACADAS.

A) ☐ HAROLDO, HELENA, HIRO, HORÁCIO, HUGO.
 B) ☐ HELENA, HIRO, HAROLDO, HUGO, HORÁCIO.
 C) ☐ HIRO, HUGO, HELENA, HORÁCIO, HAROLDO.
 D) ☒ HORÁCIO, HELENA, HAROLDO, HIRO, HUGO.

278

Fonte: Demasi e Hülle (2021, p. 278).

Ainda sobre promover as práticas de leituras contidas na PNA bem como na BNCC as autoras esclarecem que as “propostas e as práticas de leitura desta coleção são variadas e englobam diferentes abordagens, procedimentos e atividades”. Sendo que “algumas dessas propostas levam os alunos a interrogarem o texto para perceberem seu propósito, bem como “qual sua função; diferenciarem a realidade da ficção; a identificarem os recursos persuasivos; a inferirem a intencionalidade do discurso; a interpretarem o sentido figurado” (DEMASI; HÜLLE, 2021, p. XXII).

Embora mencionem propostas que envolvam atividades que levam os alunos a interrogarem o texto e compreender seu propósito e função, observa-se a primazia do conhecimento do código alfabético, da consciência fonológica e fonêmica. A repetição de etapas alfabéticas não traz uma vivência, pois não possibilita à criança o ato de “criar”, “experimentar”, “tocar”, “sentir” a compreensão do texto por meio de vogais, palavras e frases. Uma vez que o alfabeto não chega o momento de autoria de texto da criança, mas ainda assim, no final do livro, a criança pode escrever frases espontâneas. Ademais, o livro apresenta poucas atividades que estimulam a reflexão sobre a realidade social e política do país, e a produção de textos espontâneos, criativos e que desvelam esta leitura de mundo.

Imagem 12- Literacia familiar na obra “Entre Laços”



Fonte: Demasi e Hülle (2021, p. 257)

De acordo com a perspectiva apresentada no livro didático “Entre laços”, ressaltamos também que, os gêneros textuais, como fábulas apresentados no livro deixam a desejar, pois essa concentração em um único tipo de texto pode negligenciar os propósitos relacionados às formas de comunicação presentes no meio social, ou seja, pode não abranger a diversidade de gêneros textuais encontrados na sociedade contemporânea.

De acordo com a PNA (Política Nacional de Alfabetização), “a literacia familiar engloba as práticas e experiências relacionadas à linguagem, leitura e escrita que as crianças vivenciam com seus pais, familiares ou cuidadores, mesmo antes do início da educação formal” (BRASIL, 2019, p. 23). Isso significa que a aprendizagem da leitura e da escrita está intrinsecamente ligada ao ambiente familiar. E as escolas, por sua vez, além de desempenhar um papel complementar, com a nova política, as práticas educativas são subordinadas a uma tendência de padronização avaliativa que podem limitar, em certa medida, a educação integral das crianças, tornando a educação completamente sujeita à tendência política do mecanismo de mercado. Como consequência, tanto a PNA como a BNCC se opõem aos anseios educacionais do povo e às lutas que o movimento dos educadores trava desde a constituição de 1988.

Mesmo com os avanços no campo da alfabetização e do letramento no Brasil, é essencial superar os novos debates no ensino de leitura e escrita, reforçando o nosso papel como cidadão

para lidar com as desigualdades sociais e enfrentar os retrocessos representados pelas políticas públicas e educacionais.

Imagem 13 – Avaliação final do livro “Entre Laços”



Fonte: Demasi e Hülle (2021, p. 275)

Conforme análise dos estudos em questão, a obra “Entre Laços” traz uma abordagem um tanto tradicional em relação ao papel do professor e uma ênfase em um caminho metodológico fundamentado em práticas tecnicistas de codificação e decodificação gradual do processo de aquisição da escrita. O foco principal está no conhecimento da estrutura do sistema de escrita alfabética durante o processo de ensino, deixando de lado o processo de aprendizagem. Algumas atividades do livro têm um caráter muito individualizado e fragmentado, não incentivando suficientemente a cooperação com os outros, mas sim uma resposta pessoal.

Por fim, o livro apresenta poucas atividades que estimulam a reflexão sobre a realidade social. Sendo, portanto, necessário ampliar o repertório de gêneros textuais explorados na obra, de modo a contemplar o letramento em uma diversidade de formas de comunicação presentes na sociedade atual por meio de uma abordagem histórica crítica e política do país, o que vai de encontro a uma das propostas centrais do letramento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve como objeto realizar uma análise documental acerca da concepção de alfabetização posta no livro didático “Entre Laços” que foi aprovado no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (2023), tendo como objetivos específicos conceituar e descrever o processo histórico de alfabetização e letramento, apresentar as concepções pedagógicas referentes à alfabetização no livro “Entre laços” e analisar, criticamente, seu posicionamento junto à proposta da PNA e BNCC.

Durante os estudos, foi proposto responder a seguinte questão: quais são as concepções pedagógicas sobre o processo de alfabetização e letramento contidas no livro didático “Entre Laços, Língua Portuguesa” (PNLD - 2023) e quais são seus alinhamentos aos Documentos Oficiais e a necessidade de superação em relação à Política Nacional de Alfabetização e à BNCC?

A pesquisa apresentada foi dividida em três capítulos, sendo que o primeiro tratou dos conceitos de alfabetização e letramento bem como de seu processo histórico no Brasil de acordo com a autora Magda Soares. Ainda no capítulo 1 foram apresentados o PNA, a BNCC e o PNLD. O capítulo 2 tratou das concepções pedagógicas de alfabetização de acordo com as obras do autor Dermerval Saviani. O capítulo 3 tratou da análise do livro didático de língua portuguesa “Entre Laços”, primeiro ano das séries iniciais, publicado pela editora FTD em 2023.

A pesquisa demonstrou, primeiramente, que um aspecto crucial a ser considerado é o fato de que existem discrepâncias conceituais significativas entre os documentos PNA e BNCC, exigindo atenção e cautela para evitar incongruências que impactarão todo o processo de ensino e aprendizagem da linguagem escrita nas escolas do Brasil, especialmente na rede pública de ensino, que é diretamente afetada pelas políticas e programas educacionais. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) possui um caráter normativo e estabelece a obrigação de orientar os elementos de aprendizagem que devem ser adquiridos por todos os alunos da Educação Básica, conforme explícito no primeiro parágrafo da Resolução CNE/CP Nº 2, datada de 22 de dezembro de 2017, que institui e guia a implementação da Base Nacional Comum Curricular, a qual deve ser obrigatoriamente seguida ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Ao contrário dessa postura, a Política Nacional de Alfabetização (PNA) adota uma abordagem reducionista em relação às concepções de educação, sujeito e formação humana,

assim como em relação à ciência e à pesquisa científica. Ela nega toda a legislação nacional que possui um caráter mais democrático e impõe uma única forma de interpretar o fenômeno da alfabetização. Por exemplo, no cronograma de marcos históricos e normativos (PNA, 2019, p. 15), são mencionados relatórios sobre alfabetização infantil (2003) e aprendizagem infantil (2011) que se baseiam exclusivamente na visão da psicologia cognitiva, uma concepção defendida pela política, ignorando diversos outros estudos que contextualizam os problemas de alfabetização no Brasil, especialmente em relação às desigualdades sociais e econômicas que afetam diretamente a aprendizagem.

Ao apresentar apoio ao caminho metodológico sintético, a PNA fundamenta-se na ciência cognitiva da leitura como uma solução “mais robusta sobre como as pessoas aprendem a ler e escrever e como ensiná-las de forma mais eficaz” (PNA, 2019, p. 16), sendo construída na perspectiva de fornecer evidências de uma única ciência, a cognitiva. Isso deixa claro que eles endossam uma visão específica, a da ciência cognitiva da leitura, “que se concentram especialmente nos processos linguísticos, cognitivos e cerebrais envolvidos na aprendizagem e no ensino das habilidades de leitura e escrita” (PNA, 2019, p. 20).

Dito isso, ficou claro no decorrer da pesquisa a omissão da PNA ao não conceituar o letramento. A ausência do conceito de letramento na Política Nacional de Alfabetização é uma omissão significativa e problemática. O letramento é um termo fundamental para compreender a alfabetização de forma abrangente, além do simples domínio da decodificação e identificação de letras e palavras. Ele engloba habilidades de compreensão, interpretação e produção de textos, permitindo que os indivíduos se tornem participantes ativos na sociedade letrada. Ao deixar de mencionar o letramento, o plano acaba restringindo a visão sobre a alfabetização, reduzindo-a a um processo mecânico de aprendizagem da leitura e escrita. Essa abordagem limitada desconsidera a importância do desenvolvimento das habilidades de leitura crítica, análise de informações, pensamento reflexivo e expressão escrita adequada.

Além disso, ao negligenciar o letramento, o plano deixa de reconhecer as desigualdades sociais e culturais que podem influenciar a aquisição da linguagem escrita. O letramento leva em conta o contexto social, as práticas de leitura e escrita presentes na comunidade e a diversidade de gêneros textuais, permitindo uma alfabetização mais contextualizada e relevante para os alunos.

Portanto, a omissão do conceito de letramento na Política Nacional de Alfabetização reflete uma visão limitada e inadequada sobre o processo de alfabetização, deixando de considerar a importância do desenvolvimento de competências mais amplas e necessárias para

a participação plena dos indivíduos na sociedade contemporânea. Tal postura do documento oficial negligencia o que dizem os principais autores mencionados nesta pesquisa, como Magda Soares e Saviani.

Magda Soares, reconhecida pesquisadora e especialista em alfabetização e letramento, destaca a relevância dos conceitos de letramento em seus estudos e contribuições para o campo da educação. Segundo Soares, o letramento transcende a mera habilidade de “decodificar letras e palavras”, abrangendo o uso social da leitura e escrita, e envolvendo a vivência de diferentes contextos de eventos culturais e gêneros textuais, bem como o reconhecimento dos diversos suportes da escrita”. (SOARES, 2019, p. 350)

A autora destaca que o letramento é fundamental para que os indivíduos se tornem participantes ativos da sociedade letrada. Ela defende a necessidade de desenvolver não apenas as habilidades técnicas de decodificação, mas também as competências de compreensão, interpretação e produção de textos. O letramento possibilita aos indivíduos compreender e utilizar a linguagem escrita de forma crítica e reflexiva, permitindo-lhes participar plenamente da vida social, cultural, política e econômica.

Além do mais, Magda Soares ressalta que o letramento está intrinsecamente ligado ao contexto sociocultural dos sujeitos. Ela reforça a importância de considerar as práticas de leitura e escrita existentes nas comunidades, reconhecendo a diversidade de gêneros textuais e o papel das interações sociais na construção do conhecimento. O letramento deve ser contextualizado, levando em conta as experiências e vivências dos alunos, promovendo a valorização de suas culturas e identidades.

Magda Soares defende que o letramento é um conceito fundamental para compreender a alfabetização de forma mais ampla e significativa. Ela engloba habilidades específicas em contextos específicos, e vai além, promovendo o desenvolvimento de competências socioculturais e críticas necessárias para a participação ativa e autônoma dos indivíduos na sociedade. Sendo assim, há uma falha grave na PNA ao omitir fundamental conceito do letramento.

Conforme Magda Soares menciona em suas obras, vivências nas escolas públicas fizeram a autora compreender as dificuldades do ensino nacional brasileiro, principalmente às crianças das camadas populares. Muitas indagações de como buscar caminhos para uma educação pública e de qualidade.

Entre esses caminhos, a autora revela estudos de vários campos de conhecimentos articulados no processo de alfabetização. Estes são constituídos de facetas privilegiadas. Um

modelo desta faceta explica os estudos psicológicos e linguísticos, o construtivismo por exemplo. Cada faceta não só pode, mas deve atuar integralmente num conjunto de muitas facetas em lugar de um único método de alfabetização.

Ao considerar essas diferentes facetas e abordagens, os professores(as) podem adotar uma perspectiva mais abrangente e flexível no processo de alfabetização e letramento. Isso implica em reconhecer que cada aluno é único, com características, ritmos e necessidades individuais, e que diferentes estratégias pedagógicas podem ser combinadas e adaptadas para melhor aprendizagem e o desenvolvimento pleno dos alunos.

Esta pesquisa fundamentou-se na leitura de autores (as) como Magda Soares (2011, 2012; 2015; 2018; 2019; 2022); Emília Ferreiro (1999); Saviani (2003; 2008; 2013; 2021); Mortatti (2000; 2004); Freire (1982; 1996; 1997), Albuquerque e Costa (2021) Moraes (2019; 2022) que discutem o processo da alfabetização, embora tenham nuances específicas nas suas abordagens, as suas ideias são guiadas por uma mesma direção.

É importante neste sentido, que haja um olhar crítico do leitor em relação ao livro didático, considerando sua origem, autoria, abordagem pedagógica e o contexto mais amplo em que estão inseridos e da mesma forma importante enfatizar que interesses econômicos e políticos podem contribuir ou prejudicar o bem-estar social e econômico. As políticas públicas vêm apresentado um grande retrocesso na educação brasileira, mas devem ser reformuladas e implementadas de forma transparente, levando em consideração o interesse público, a equidade e a sustentabilidade, e sujeitas a mecanismos de responsabilização e controle social para evitar abusos ou benefício exclusivo de determinados grupos.

As políticas públicas no Brasil tiveram uma troca de ideias na construção de uma base comum de valores, firmadas e centralizadas pelo MEC num âmbito territorial com os países aliados como os Estados Unidos. Ao identificar cinco pilares de alfabetização de qualidade: "consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência de leitura, vocabulário e compreensão de texto passou a apoiar os bons programas de alfabetização recomendados pela Alfabetização Científica (ABC) em diferentes países". (BRASIL, 2019, p.16)

Como já compreendemos que “a ciência cognitiva da leitura” ela se reveste especialmente dos estudos nos processos linguísticos, cognitivos e cerebrais envolvidos na aprendizagem e no ensino de habilidades de leitura e escrita” (BRASIL, 2019, p.20). Esse modelo de avaliação é criticado pelos pesquisadores brasileiros, porque tais práticas mecânicas não garantem a solução para o processo do analfabetismo no Brasil, fato que já perdura a muito tempo. Esses achados robustos da Alfabetização Baseada nas Ciências (ABC) não levam em

conta as desigualdades sociais existentes em nosso país, nem mesmo a forma injusta de “medir as capacidades de memória e leitura da criança com uma mínima tolerância a erros nas palavras” (BRASIL, 2019, p. 18). E ainda ocorrem em contextos fragmentados que não oferecem suporte para a transformação do próprio conhecimento da criança. Essas abordagens, além de desvalorizar a infância, trazem muitos constrangimentos psicológicos e socioeconômicos.

Conforme a leitura crítica CENEP (2021), compreender o processo relacionado as dificuldades de alfabetização das crianças exigem uma análise que agregue diferentes perspectivas e não um processo isolado ou em caminhos de disputas para trazer qual método é o melhor para se alfabetizar as crianças.

Dermeval Saviani, ao longo de sua trajetória como professor e pesquisador, tem lutado por uma educação pública de qualidade para todos. Idealizador da pedagogia por ele denominada histórico-crítica, defende que uma das funções da escola é possibilitar o acesso aos conhecimentos previamente produzidos e sistematizados. Segundo o autor, à medida que professores e alunos conseguem lidar criticamente com esses conhecimentos, eles vão criando condições para construir seus próprios conhecimentos e, conseqüentemente, deixar de ser apenas reprodutores.

Um outro fator que devemos levar em consideração é a falta de apoio pedagógico. Uma vez que cresce a demanda de alunos em sala de aula, o professor fica sobrecarregado em oferecer uma educação de qualidade. Como também a falta de infraestrutura familiar pode ocasionar atraso no processo da fluência da oralidade. Muitos fatores devem ser levados em consideração para que não ocorra o fracasso escolar.

Considerando a relevante importância dessa pesquisa documental para o desenvolvimento do trabalho do docente, principalmente do alfabetizador, integrado ao contexto sociocultural e político da realidade do educando, a alfabetização precisa estar atrelada ao letramento, pois não há como apenas decifrar códigos fragmentados e dissociados da realidade. E o professor tem que compreender como proceder para que os estudantes se apropriem da habilidade de contextualizar a escrita ao seu significado simbólico e cultural (FREIRE, 1996).

A educação questionadora desenvolve uma consciência crítica sobre as vivências reais dos seres no mundo e deve ser levado em consideração os anseios da humanidade trabalhadora, seres histórico-sociais capazes de romper com o mundo no esperar. Freire (1996 p.17) enfatiza que “ensinar” exige criticidade, “a inquietação indagadora e curiosa”. Por exemplo, isso envolve “produzir movimento paciente e impaciente do sujeito diante do mundo que não

se fez, mas que acrescenta a ele algo que faz”. Esse tipo de educação jamais se dará com a repetição das informações, com disfarces de ensinar ou autoritarismo.

Paulo Freire (1996) buscava ensinar aos sujeitos a capacidade de questionar as estruturas sociais, as desigualdades e as injustiças, levando-os a se tornarem agentes de transformação. Ele afirmava que a educação crítica e participativa é essencial para a formação de cidadãos conscientes, capazes de contribuir ativamente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Quando se trata da diversificação das metodologias de ensino, como as teorias apresentadas anteriormente, o programa ao lançar o edital do Livro Didático de 2023, o documento PNA como um modelo único ao método de ensino contradiz tanto a Constituição Federal quanto a LDB/96. Refere-se aos princípios do inciso II: a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber e o inciso III: pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

A questão infelizmente é contraditória ao próprio Decreto 9.099/2017, do PNLD que em seu artigo 2º afirma: apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento profissional do professor e a implementação da Base Nacional Comum Curricular.

Ainda no artigo 3º afirma que as diretrizes expressam garantir respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; o respeito às diversidades sociais, culturais e regionais; o respeito à autonomia pedagógica das instituições de ensino; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; e a garantia de isonomia, transparência e publicidade nos processos de aquisição das obras didáticas, pedagógicas e literárias como princípio de ensino brasileiro (PNLD, 2022).

De acordo com a Revista Teias (2022), os embates políticos e conceituais do curso de formação continuada do programa Tempo de Aprender (BRASIL, 2020), analisou o documento PNA (2019) como princípio de funcionamento não consistente, pois não foi criado e nem subsidiado por instituições de ensino brasileiro, e que os estudos sobre a alfabetização como melhor e única abordagem “a instrução fônica” reportam aos próprios autores estrangeiros. Se torna lamentável o fato de que os professores das escolas públicas não tiveram a liberdade de participar e fazer escolhas por parte do programa e ficaram condicionados aos livros aprovados ou reprovados pela banca avaliadora do MEC.

Esse discurso eleva as “Ciências Cognitivas” e em especial a “Ciência da leitura” que conforme as Diretrizes da PNA (BRASIL, 2019, p.39) os professores terão de dar incentivos aos alunos a desenvolverem a “fluência” estabelecendo que, neste processo a alfabetização deve ocorrer até o final do 1º ano do Ensino Fundamental. Isso significa que as escolas devem

garantir que os alunos sejam capazes de ler e escrever adequadamente nesse período. Respeitando as individualidades e as modalidades especializadas e a valorização do papel do professor alfabetizador.

Um outro fator, é a intenção de venda dos materiais didáticos ao público sem considerar as realidades regionais que estão inseridos nas escolas públicas brasileiras, pois são distintas e diversas. E o MEC não consegue conhecer todas as realidades das regiões brasileiras, bem como as suas necessidades na educação pública.

Concluimos que diante da problemática e dos interesses políticos na educação atual brasileira, o trabalho docente com o livro didático de língua portuguesa no primeiro ano da alfabetização, enfrenta muitos desafios e limitações, nos quais analisamos alguns enfrentamentos e reflexões que podem ajudar de alguma forma o leitor, professor especialmente, buscar a superação das muitas contradições existentes.

A BNCC (2018) é um documento que engessa todo o ensino na escola. No entanto, os livros didáticos tendem a seguir uma abordagem padronizada, que não atende a heterogeneidade de alunos na sala de aula, como suas especificidades distintas. Assim, cada criança tem seu próprio ritmo de aprendizagem e o professor deve ter sabedoria no seu trabalho para fornecer estratégias diferenciadas. O professor pode sentir-se limitado em adaptar o material às necessidades individuais dos alunos, por isso buscar alternativas mais adequadas para seu grupo específico, é bastante louvável.

Batista (2004) nos adverte que o livro didático não é a única ferramenta do professor, pois há outros recursos em que o professor pode utilizar para que a aula seja significativa. Os livros didáticos muitas vezes apresentam um nível de linguagem e complexidade que pode ser difícil para crianças em fase inicial de alfabetização compreenderem. Os textos podem ser longos, com vocabulário complexo e estruturas gramaticais mais elaboradas, o que pode dificultar a assimilação do conteúdo pelos alunos.

Implica dizer também que, o livro didático principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental apresenta atividades e exercícios que carecem na mediação, especialmente a troca de saberes em contextos reais e não de uma mera compreensão superficial do conteúdo, sem que os alunos consigam fazer conexões com suas experiências e aplicar o aprendido em situações reais.

Para Freire (1997), o trabalho educacional exige muitas coisas, principalmente a contextualização e vai além da comunicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos de

forma que, “na dimensão da comunicação o sujeito pensante não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto”. (FREIRE,1997, p. 66)

Como na sala de aula existem sujeitos com vários níveis de letramento, muitos fatores podem afetar a identificação dos alunos com o material, bem como a compreensão de diferentes culturas, realidades e perspectivas. Dependendo do nível em que o aluno se encontra, o livro didático pode apresentar conteúdos complexos ou mais simples. A fragmentação do conhecimento histórico apresenta lacunas graves falta de diversidade e representatividade em relação aos personagens, contextos e experiências retratadas.

Além do mais, em concordância com as ideias de Libâneo (1994) o planejamento desempenha um papel fundamental, pois “é um processo de racionalização, organização e coordenação docente, que busca articular a atividade escolar com a problemática do contexto social” (Libâneo,1994, p. 222) No entanto, é importante destacar que o planejamento do ano letivo muitas vezes está vinculado à progressão linear do livro didático, o que pode resultar em uma rigidez temporal. Isso pode ser um desafio quando os alunos precisam de mais tempo para consolidar determinados conceitos ou quando avançam mais rapidamente e necessitam de novos desafios, criatividade e a diversificação das estratégias de ensino utilizadas pelo professor.

O autor Libâneo (1994) ainda diz mais acerca dos conteúdos, objetivos e métodos referentes ao planejamento: “estão recheados de implicações sociais e políticas e se não pensarmos detidamente sobre o rumo que devemos dar ao nosso trabalho, ficaremos entregues aos rumos estabelecidos pelos interesses dominantes na sociedade” (Libâneo,1994, p. 222). Para superar esses desafios e limitações, é importante que o professor busque complementar o material didático com outras fontes e recursos, adequando as atividades às reais necessidades dos alunos promovendo assim a contextualização e diversidade em suas aulas, buscando capacitação e a troca de experiências com outros profissionais da área.

A problemática da PNA constata o silenciamento do letramento. Ao que aparece nas disputas entre métodos “tradicionais” e “inovadores” de alfabetização, Mortatti (2000), a nova política abre espaço para um único método de alfabetização, considerando que o discurso sobre a consciência fonêmica e fonológica poderia jogar as responsabilidades exclusivamente para os pais e dar condições suficientes para o aluno fosse alfabetizado da forma mais eficaz nos processos de aprendizagem da criança. Com o objetivo de oferecer um ensino de leitura e escrita baseado em exercícios mecânicos e repetitivos, desvinculados do contexto e das necessidades

reais dos estudantes. Isso poderia levar a um aprendizado superficial e desmotivador, não favorecendo o pleno desenvolvimento das capacidades de leitura e escrita dos indivíduos.

Neste sentido, a alfabetização não se limita apenas ao domínio fluência e do código escrito, mas também envolve a capacidade de compreender e utilizar a linguagem escrita de forma efetiva e crítica. Ao não oferecer uma abordagem mais abrangente do letramento, a PNA deixava de considerar a importância do desenvolvimento de habilidades de interpretação, análise e reflexão sobre os textos.

Prosseguindo à análise documental da obra “Entre Laços”, e buscando responder à pergunta da presente pesquisa, constatou-se que o livro didático de língua portuguesa do primeiro ano do ensino fundamental adota uma abordagem exaustiva pelo método fônico e literacia familiar, o que apresenta algumas críticas significativas. Primeiramente, ao se limitar apenas ao método fônico, o livro negligencia outras abordagens importantes no processo de alfabetização.

A aprendizagem da leitura e escrita envolve diversos aspectos, como compreensão, interpretação e uso social da linguagem escrita, que são deixados de lado nessa abordagem restrita. Isso pode levar à formação de leitores mecânicos, com habilidades limitadas de compreensão e expressão.

Além disso, a ênfase exclusiva na literacia familiar desconsidera a diversidade de contextos sociais e culturais dos alunos. A literacia familiar é importante, mas não deve ser o único critério para o desenvolvimento da competência leitora. Ao colocar a responsabilidade total no ambiente familiar, o livro deixa de reconhecer o papel fundamental da escola em promover a igualdade de oportunidades educacionais. Isso pode agravar as desigualdades sociais já existentes, prejudicando alunos que não têm acesso privilegiado à literacia familiar e desconsiderando a importância de abordagens pedagógicas que buscam equidade.

Portanto, o livro didático em questão mostra-se limitado e problemático ao adotar uma abordagem exclusiva pelo método fônico e literacia familiar, negligenciando aspectos essenciais da alfabetização e do letramento, como compreensão, interpretação e contextos sociais. Uma abordagem mais abrangente, que considere diferentes métodos e ações educativas voltadas para o desenvolvimento pleno dos alunos, seria mais adequada para promover uma educação inclusiva e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de; COSTA, Amanda de Andrade. Incongruências entre a atual PNA, BNCC e pesquisas na área de alfabetização no Brasil. *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*. Perspectivas em Diálogo, Naviraí, v. 08, n. 17, p. 490-505, maio./ago. 2021.

BATISTA, A. S. **O conceito de livros didáticos**. São Paulo: Contexto, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Presidência da República, [2016]. Presidência da República [2020]. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

_____. **Decreto nº 9.099 de 18 de julho de 2017**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto/9099-18-julho-2017-785224-publicacaooriginal-153392-pe.html>, acesso em 17 jan.2022.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 jan.2023.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Plano Nacional de Alfabetização (PNA)**. Brasília: MEC, 2019.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional do Livro e do Material Didático**. Brasília: MEC/SEB, 2020.

BRASIL. PNLD. **Programa Nacional do Livro e do Material Didático**,2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 10 Jan. 2023.

CAIMI, Flávia Eloisa. As disciplinas escolares no contexto do PNLD: **avanços, lacunas e desafios na avaliação do livro didático**. R. Educ. Públ. Cuiabá, v. 24, n. 57, p. 525-544, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/783/pdf> Acesso em: 18 Dez. 2022.

CENPEC. Parecer Técnico - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC). **Análise comparativa entre as orientações pedagógicas para a Alfabetização e Língua Portuguesa, apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e na Política Nacional de Alfabetização (PNA)** Versão final, 26/03//2021. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/acervo/parecer-tecnico-politica-nacional-de-alfabetizacao-pna>. Acesso em: 09 jan. 2023.

DEMASI, Angélica Alves Prado. **Entre laços: língua portuguesa: 1o ano: ensino fundamental: anos iniciais**. 1. ed. -- São Paulo: FTD, 2021.

FARIA, Ana Lucia Goulart. Sons sem palavras e Grafismo sem letras/Linguagens, Leituras e Pedagogia na Educação Infantil. In.: FARIA, A. L.G., MELLO, S. A. **O mundo da escrita no universo da pequena infância**. Campinas, SP: Autores associados, 2005a. p. 119-142

FERREIRO, Emília. **Psicogênese da Língua escrita**/ Emilia Ferreiro, Ana Teberosky; tradução Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di Marco, Mário Corso- Porto Alegre: Artmed,1999.304 p.; 23 cm

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. Editora: Cortez, 1982. 4 Coleção Polêmicas do Nosso Tempo.

_____. Pedagogia da autonomia: **saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

_____. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra,1977.

KAPPI, R. G. A. M.; MELLO, D. T. **O tempo de aprender e os embates políticos e conceituais**. Revista Teias v. 23 • n. 71 • out./dez.2022.

KRAMER, S. A infância e sua singularidade. In: Brasil. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: **orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**/ organização do documento: Jeanete Beauchamp; Sandra Denise Pagel; Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

LABURÚ, C.E.; CARVALHO, M.A. BATISTA, I.L. **Controvérsias construtivistas**. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v.18, n.2, p.152-181, ago. 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. - (Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor)

MORAIS, Artur Gomes de. **Consciência Fonológica na Educação Infantil e no Ciclo de Alfabetização**. 1 ed.; 1 reimpressão. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e letramento**. São Paulo: UNESP, 2004. 136 p. il (coleção Paradidáticos; Série Educação).

_____. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PAIVA, Aparecida. A literatura infantil e o letramento literário no PNLD. In: SOARES, Magda (org.). **Literatura Infantil: histórias, memórias e contextos**. São Paulo: Cortez, 2017. p. 15-29.

PEREIRA, Suzana Aparecida; TOURO, Gilmara Pereira Macedo; PEREIRA, Elenir Ferreira; RODRIGUES, Micheli Evangelista; SILVA, Marilza Cajueiro da. Os desafio de alfabetizar na perspectiva do letramento. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**.ISSN:2448-0959. 2020v Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/2020/11/alfabetizar-na-perspectiva.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 41. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

_____. **Pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4.ed. Campinas - SP: Autores Associados Ltda., 2013.

_____. **Conhecimento escolar e luta de Classes** [livro eletrônico]: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie/ Dermeval Saviani, Newton Duarte. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

_____. Sobre a natureza e a especificidade da educação. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, Thaise da. Os “Novos” Discursos sobre Alfabetização em Análise: os livros de 1º ano do ensino fundamental de nove anos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2010). 2012. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SNYDERS, George. **Escola, classe e luta de classes**. 2. ed. Moraes: Lisboa, 1981.

SOARES, Antenor Machado da Silva. Os impactos do uso do livro didático nas práticas de ensino de leitura em uma escola pública de João Pessoa. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de Letras do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2017.

SOARES, Magda. **A escolarização da literatura infantil e juvenil**. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Heliana Maria Brina; MACHADO, Maria Zélia Versiani (organizadoras). *Escolarização da leitura literária*. 2ª ed., 3ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. **Alfabetização e letramento na educação infantil**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

_____. **Alfabetização e Letramento**. 7ª Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. **Alfabetização: a questão dos métodos**/ Magda Soares. 1. Ed.; 3ª reimpressão. São Paulo. Contexto, 2019. 384p.

_____. **Alfabetização: a questão dos métodos**. 9ª ed., São Paulo, Editora Contexto, 2012.

_____. **Letramento: um tema em três Gêneros**. 3ª Edição- 4ª Reimpressão – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e escrever**/ Magda Soares - 1ª Ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2022. 352 p.

TEIXEIRA, L. H. O. A abordagem tradicional de ensino e suas repercussões sob a percepção de um aluno 2018. **Revista Educação em Foco**. Disponível em: portal.unisepe.com.br/unifia/wpcontent/uploads/sites/10001/2018/08/009_A_ABORDAGEM_TRADICIONAL_DE_ENSINO_E_SUAS_REPERCUSSÕES.pdf. Acesso em: 10 Jan. 2023.

